

**UNILAB – UNVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS RACIAIS NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**O ensino de cultura e arte afro-brasileiras no
ensino médio: uma análise das estratégias
usadas nos livros didáticos de Ensino Médio
adotados no Liceu de Baturité - Ce.**

Redenção

2016

O ENSINO DE CULTURA E ARTE AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS USADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO ADOTADOS NO LICEU DE BATURITÉ - CE.

CLEALDO PINTO JÚNIOR

Monografia apresentada à Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Políticas Raciais na Educação Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço Cardoso.

REDENÇÃO – CEARÁ

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

P726e Pinto Júnior, Clealdo.

O ensino de cultura e arte afro-brasileiras no ensino médio: uma análise das estratégias usadas nos livros didáticos de ensino médio adotados no liceu de Baturité - CE. / Clealdo Pinto Júnior. – Redenção, 2016.

69 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço Cardoso.
Inclui referências.

1. Ensino médio - Brasil. 2. Intolerância religiosa. I. Título.

CDD 373.0981

O ENSINO DE CULTURA E ARTE AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS USADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO ADOTADOS NO LICEU DE BATURITÉ - CE.

Autor: CLEALDO PINTO JÚNIOR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Políticas Raciais na Educação Escolar da UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, para obtenção do título de Especialista em Políticas Raciais na Educação Escolar.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lourenço Cardoso
(Orientador)

Prof.(a) Dr. (a) Silviana Fernandez Mariz

Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro

REDENÇÃO- CEARÁ

2016

“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”

(PAULO FREIRE)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL	Erro! Indicador não definido.0
1 A escravidão como instrumento de libertação do medievalismo e a diáspora negra..	Erro! Indicador não definido.0
2 O Negro antes da chegada dos europeus	Erro! Indicador não definido.3
3 A vida no Brasil: um processo de abnegação e luta.	Erro! Indicador não definido.5
4 A mestiçagem cultural e racial brasileira.....	Erro! Indicador não definido.6
5 O sincretismo cultural e religioso como mecanismo de preservação cultural.	Erro! Indicador não definido.7
6 A luta pela liberdade.....	Erro! Indicador não definido.8
Epílogo: Abolição: “o presente de grego”.....	19
Capítulo 2.....	Erro! Indicador não definido.2
O NEGRO APÓS A ABOLIÇÃO: UM ENFOQUE SOBRE O RACISMO, A ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS NEGROS E O PAPEL DO LIVRO-DIDÁTICO COMO VEÍCULO DE EQUALIZAÇÃO SOCIAL	Erro! Indicador não definido.2
1 O racismo científico e o mito racial da democracia.....	Erro! Indicador não definido.2
2 O negro na contemporaneidade.....	Erro! Indicador não definido.4
3 O papel do livro didático: potencialidade e fragilidade.....	Erro! Indicador não definido.8
CAPÍTULO 3.....	Erro! Indicador não definido.3
ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS	Erro! Indicador não definido.3
1 Livros de História.....	Erro! Indicador não definido.3
1.1 Livro 1 - Das origens da humanidade à expansão marítima europeia...	Erro! Indicador não definido.3
1.2 Livro 2 - Da conquista da América ao século XIX	Erro! Indicador não definido.8
1.3 Livro 3 - Do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais	Erro! Indicador não definido.3
2 Sociologia em movimento (volume único)	48
3 Livro Arte em interação	Erro! Indicador não definido.4
4 Livro de Literatura (Volumes 1, 2 e 3)	Erro! Indicador não definido.8
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	Erro! Indicador não definido.2
REFERÊNCIAS:	Erro! Indicador não definido.5

O ENSINO DE CULTURA E ARTE AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS USADAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO ADOTADOS NO LICEU DE BATURITÉ - CE.

RESUMO:

A cultura brasileira é influenciada por diferentes povos, mas verifica-se que algumas contribuições culturais foram silenciadas ao longo dos anos. Assim, este trabalho propõe-se a avaliar se os livros de Literatura, Arte, Sociologia e História adotados no Ensino Médio na escola Liceu Domingos Sávio em Baturité-CE auxiliam na formação humanística dos estudantes e contribui para superação de preconceitos arraigados na sociedade brasileira. Deste modo, almeja-se responder ao seguinte questionamento: O espaço destinado à arte e cultura africana nos livros didáticos de Ensino Médio garante uma valorização da cultura africana e um tratamento isonômico entre as distintas contribuições recebidas pela cultura brasileira? Portanto, objetiva-se identificar os recursos empregados pelos autores para apresentar a cultura africana, desde imagens, textos, mitos e outros. Destarte, procederemos análise de oito livros didáticos, sendo um de Arte, três de Português, três de História e um de Sociologia; dividindo o processo analítico em quatro etapas, a saber: escolha do referencial teórico, leitura do referencial teórico, leitura dos livros didáticos e, por fim, sistematização e análise dos dados. A continuidade da exclusão dos negros na sociedade brasileira indica que a questão do preconceito ainda não fora solucionada. Portanto, o livro didático é um recurso fundamental para assegurar mudanças socioculturais.

Palavras-chave: Ensino Médio, livros didáticos, cultura.

ABSTRACT

Brazilian culture is influenced by different people, but it appears that some cultural contributions have been silenced over the years. This work proposes to assess whether the schoolbooks of Literature, Arts, Sociology and History adopted at Liceu Dominic Savio High School, in Baturité, Ceará, aid in humanistic training of student and contribute to overcoming entrenched prejudice in Brazilian society. Thus, it aims to answer the following question: Does the space for art and African culture in high school textbooks guarantees an appreciation of African culture and equal treatment between the various contributions received by Brazilian culture? Therefore, the objective is to identify the resources used by the authors to present African culture, from images, texts, myths and others. Thus, we analysed eight textbooks (one of Art, three of Portuguese, three of History and one of Sociology), dividing the analytical process in four stages: choice of theoretical framework, reading the theoretical framework, reading textbooks, and finally, systematization and analysis of data. The continued exclusion of blacks in Brazilian society indicates that the issue of prejudice was not yet resolved. Therefore, the textbook is a fundamental resource for social and cultural changes.

Keywords: High School, schoolbooks, culture.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira apresenta-se dividida entre distintos povos que ocuparam o Brasil ao longo dos anos e existem barreiras culturais e econômicas que impedem uma igualdade de oportunidade entre grupos distintos. Naquela época milhares de pessoas foram arrastadas de seus povos no continente africano em nome da expansão mercantilista, promovida pelas metrópoles europeias, que buscavam estender seus domínios territoriais e explorar novas terras conquistadas. Diante disso, a posse das novas colônias exigiu mão de obra escrava na exploração de suas riquezas. Dentre essas colônias, o Brasil se destaca pela sua dimensão territorial, exigindo que um grande número de homens e mulheres fossem escravizados. Esse percurso dos africanos escravizados para o Brasil foi denominado por Stuart Hall (2013) como a “diáspora negra”¹.

Os séculos que se seguiram à chegada dos africanos ao Brasil foram marcados por uma miscigenação cultural entre as matrizes portuguesa, africana e indígena. Contudo, a condição de escravizado do negro brasileiro dificultava a livre expressão da cultura negra, pois a ideologia dominante no período colonial era eurocêntrica. Portanto, um forte esquema repressivo foi implantado no sentido de minimizar a divulgação da cultura negra e indígena, que eram vistos como bárbaros, ingênuos e cognitivamente inferiores. Essa agressão à cultura do negro não logrou o êxito almejado, pois os negros criavam grupos de resistência, que ora lutavam contra o esquecimento de sua ancestralidade, ora buscavam a liberdade.

A luta por liberdade se manifestou de diversas maneiras como, por exemplo, fugas, redução da produtividade e desvio da parte da produção para alforriar alguns escravos. Já em relação a liberdade cultural e religiosa, os negros se viram obrigados a assimilar traços culturais e religiosos do colonizador. Assim, ocorreu uma tradução cultural da cultura africana em uma expressão cultural mestiça, muito própria da diáspora. Através desses subterfúgios, o negro encontrou liberdade para exercer sua cultura em território brasileiro e conservar o elo com o território de que foram expropriados.

A condenação da escravidão por alguns países europeus fez recrudescer o tráfico de escravo e fortaleceu a luta negra pela liberdade. Destarte, a escravidão do negro mostrava-se, a cada dia, mais imoral e pressões no interior do país e na Europa, de modo especial na Inglaterra, exigiam o fim da escravidão. Entretanto, apesar das lutas empreendidas pelos descendentes

¹ HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2003.

africanos e das pressões europeias, a liberdade do negro foi paulatinamente conquistada, à custa de sangue, suor e lágrimas.

A liberdade trazida com a abolição foi apenas conceitual, pois na prática o negro se viu cativo de anos de abandono e desassistência. Durante todo o período colonial, o negro fora privado de educação e qualificações técnicas que o habilitassem a disputar uma colocação profissional bem remunerada, quando findasse o período escravocrata. Assim, a liberdade conceitual não se refletiu numa liberdade material, pois apesar da escravidão ter legalmente sido extinta, os efeitos do escravismo para o negro persistiam, haja vista que o mesmo era obrigado a trabalhar exaustivamente em troca da subsistência.

Portanto, a luta pela liberdade do negro não cessou com a abolição, pois a sociedade brasileira continuava estratificada e as oportunidades não apresentavam uma distribuição equalizada entre brancos, negros e índios. O fim da escravidão realçou o racismo científico, que já impunha suas marcas ao longo do colonialismo, apoiando-se em novas teorias como evolucionismo de Darwin e determinismo de Taine. Diante desse panorama, o negro continuava a ser visto com fraco, débil e inferior. Entretanto, a ética social “condenava” essa postura segregacionista e preferia difundir a ideia de que no país não havia diferenças e todos desfrutavam de iguais oportunidades, ganhando relevo assim o “mito da democracia racial”.

A qualificação do negro consistiu em um importante instrumento de luta contra o preconceito. Assim, a educação permitiu o aparecimento dos primeiros poetas, muito embora poucos sejam mencionados pela literatura brasileira. A produção didática destinada a formação dos estudantes brasileiros não está imune às relações de poder presentes na sociedade, em outras palavras, esses manuais didáticos relatam a cultura e a história sob a ótica do colonizador europeu. Quando nos referimos a relações de poder, queremos dizer que os autores reproduzem em suas obras ideais sociais desejados em um determinado período socioeconômico ou político. A título de exemplo, vejamos a produção didática da segunda metade do século XX. Esse período foi marcado por uma ditadura militar e, posteriormente, uma abertura política. Durante a ditadura militar o ideal formativo era tecnicista, ou seja, buscava-se preparar o aluno para o mercado de trabalho e prescindia-se de uma formação integral e crítica. Neste sentido, as obras produzidas na vigência da ditadura refletiram o tecnicismo e o ideal formativo defendido pelos detentores do poder, notadamente os militares. Ao longo da década de 1980, um processo de abertura política gradual foi empreendido e um novo ideal formativo buscado. Diante deste novo quadro, os livros procuraram atender às novas expectativas, sobretudo em relação à formação crítica dos estudantes. Assim, as relações de poder referem-se à conjuntura política,

econômica e ideológica que orienta a sociedade em determinado período. Por essa razão, este trabalho procura perceber o espaço destinado à história e cultura negra dentro dos livros didáticos de Sociologia, Literatura, História e Arte, adotados pela Escola de Ensino Médio Liceu Domingos Sávio.

A luta de estudiosos e ativistas negros fez surgir uma série de ações afirmativas, dentre as quais destacamos a Lei 10.639/2003, que assegura o ensino da história e cultura africana nas instituições de ensino brasileiras. No entanto, uma ponderação se faz necessária: que aspectos da cultura e da história africana são destacados? Qual a imagem do negro está sendo veiculada nos estabelecimentos educacionais? Qual a caracterização dos povos negros presentes nos livros didáticos?

A presente pesquisa parte do pressuposto que somente através de uma visão holística sobre a negritude será possível compreender a contribuição do negro para o complexo cultural denominado cultura brasileira. Nesse sentido, optamos pelo livro de Sociologia para percebermos se há reconhecimento desse “ser negro” como importante membro da sociedade brasileira. A escolha do livro de História procura compreender como a história do negro é retratada, qual a relevância dada em comparação, sobretudo, com a cultura do colonizador. Já os livros de Literatura e Arte são analisados para verificar se a arte e literatura africana são apresentadas nos livros didáticos e de que maneira aparecem caracterizadas.

O *corpus* de análise constará dos seguintes livros, inscritos no PNLD 2015 e selecionados pelos professores do Liceu Domingos Sávio:

- Sociologia em movimento (Volume único) – editora Moderna.
- História das cavernas ao terceiro milênio (Volumes 1,2 e 3) – editora Moderna.
- Novas Palavras (Volumes 1, 2 e 3) – editora FTD.
- Arte em interação (Volume Único) – editora IBEP.

Um primeiro momento desse trabalho destinou-se a leitura de teóricos que pudessem embasar posicionamentos acerca das obras analisadas. Depois verificamos a relevância dada a temática negra nas obras analisadas, mediante o registro do número de páginas em que o tema aparece. A partir desse ponto, criamos alguns gráficos por disciplina para refletir com precisão o espaço da cultura negra na produção didática adotada na escola Liceu Domingos Sávio. Neste ponto, fizemos a análise do material coletado, buscando compreender qual a representação da cultura e arte negra disposta nesses livros e a que ideologias essas obras se afinam:

conservadores ou revolucionárias. Assim, procuramos desvendar a postura ideológica imbuída em toda produção didática e perceber se esse posicionamento ideológico atende as necessidades dos movimentos negros contemporâneos e ao disposto na Lei 10.639/2003.

A cidade de Baturité possui apenas duas escolas de Ensino Médio. A escola selecionada é a mais antiga e conta com mais de 1.200 alunos, ao passo que a outra escola encontra-se em processo de implantação gradativa desta etapa de ensino, uma vez que só oferta o Ensino Médio há pouco mais de dois anos. Neste sentido, entendemos que o número de alunos maior da escola selecionada justifica a primazia de iniciarmos, com esse trabalho, a pesquisa da representatividade do negro nos livros didáticos de Ensino Médio adotados no município de Baturité. No entanto, há o interesse em desenvolver pesquisa futura que venha a contemplar a escola preterida nesta etapa da pesquisa.

A escola selecionada oferece, ainda, um desafio, pois na qualidade de professor de língua portuguesa desta escola, estamos inseridos no próprio objeto de análise. Além disso, é mister destacarmos que o ensino não se restringe ao livro didático, mas não é possível negar sua relevância na prática pedagógica. Diante disso, à facilidade de acesso ao *corpus* se contrapõe uma necessidade de reflexão constante sobre o lugar do meu discurso. Desafio ainda maior é perceber-se fruto de todo o processo histórico-cultural formador da sociedade brasileira, no qual incidem as matizes africana, indígena e europeia, envolvidas em distintas ideologias. Contudo, estamos seguros de que esse desafio é tão gratificante, quanto libertador.

A participação em uma especialização que tematiza o ser negro numa sociedade multicultural como a brasileira permitiu que percebêssemos de maneira mais nítida a divisão social vigente no país. Quando há pouco fazíamos referência à dificuldade de desenvolver essa pesquisa, referíamos a nossa formação e à nossa proximidade com a escola pesquisado. Primeiramente, enquanto professor de português, redação e literatura, com formação em letras (Português e Literatura) pela Universidade estadual do Ceará, tive o primeiro acesso a alguns temas referentes à população negra. Assim, diferente de outras formações superiores em que o negro é estudado e debatido costumeiramente, o curso de letras que concluí em 2004 prescindiu de um currículo que contemplasse a produção cultural negra. Diante disso, desenvolver essa pesquisa era um desafio, pois exigia um aprofundamento das leituras que fizera ao longo da especialização e que se mostravam ainda muito incipientes.

Outro aspecto que me animou a promover essa pesquisa foi a necessidade de uma autoavaliação. Conforme afirmei antes, sou professor do Liceu de Baturité e já o era no momento da escolha do livro. Neste sentido, participei da escolha de alguns desses livros e

confesso que votei favoravelmente à escolha dos mesmo. No entanto, à época da escolha, ainda não havia participado de uma especialização que discutisse a questão racial na educação escolar. Portanto, mais do que avaliar os livros elencados, há também a intenção de avaliar o meu processo de escolha, após a discussão da temática negra ao longo das disciplinas e das leituras que foram feitas.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

O presente capítulo oferecerá uma compreensão ampla sob o impacto cultural decorrente do processo de escravidão. Assim, buscamos mostrar que a sociedade brasileira apresenta uma distribuição assimétrica de oportunidades entre as diversas matizes que a compõe. Depois, apresentamos as condições de vida extremamente degradantes a que os negros foram submetidos, inclusive com uma tentativa de cerceamento cultural empreendida pelo colonizador às populações escravizadas. Neste sentido, compreendemos relevante identificar as estratégias de luta e resistência cultural desenvolvidas para assegurar a manutenção das raízes culturais e para a conquista da liberdade, decorrente do fim da escravidão. Portanto, acreditamos que, ao final do capítulo, algumas “verdades” consolidadas sejam esquecidas e outra verdade emerge e traga clareza para alguns problemas sociais enfrentados pelos negros na contemporaneidade.

1 A escravidão como instrumento de libertação e a diáspora negra.

A educação básica brasileira busca oferecer aos estudantes o conhecimento da cultura brasileira. Contudo, o termo cultura brasileira enseja um universo complexo e dinâmico de significados. Muitos posicionamentos emanam dessa intrigante tentativa de delimitar a cultura brasileira e, desse entrave, surgem posições distintas, por vezes antagônicas, que precisam ser analisadas dentro do contexto em que aparecem. Assim, tentativas essencialistas e reducionistas precisam ser submetidas ao crivo da crítica para que as ideologias tacitamente encobertas em seu escopo possam ser desveladas e compreendidas. No entanto, a tarefa de perceber os interesses que subjazem aos discursos expressos nos livros didáticos não é uma tarefa fácil, pois exige de professores e alunos uma percepção ampla da estrutura política, econômica e social que, muitas vezes, falta aos mesmos. Diante disso, uma versão cultural emerge como prestigiada e as demais expressões culturais são obscurecidas, minimizadas, estereotipadas ou folclorizadas. Neste sentido, cabe-nos a tarefa de registrar o trajeto hierarquizado percorrido pela cultura brasileira e identificar elementos que contribuíram para essa conformação cultural, bem como registrar os instrumentos de resistência manifestos ao longo do processo de construção da cultura brasileira.

Um primeiro e crucial aspecto a ser considerado para que entendamos o estágio atual da Cultura brasileira refere-se ao colonialismo. O sistema colonial teve seu período áureo no período compreendido entre o século XVI e XVII. Nesse intervalo, assistiu-se à substituição do

teocentrismo medieval pelo antropocentrismo renascentista, ou seja, um sentimento de autoconfiança passa a dominar os homens daquela época. Destarte, os temores que marcaram o período medieval cederam espaço para a busca da ascensão econômica dos Estados-nações europeus, mediante conquistas territoriais, povoamento dessas terras e exploração de seus recursos naturais. Portanto, a conquista dessas terras, chamadas colônias, assegurava a seus proprietários o estabelecimento de intensas transações comerciais através da navegação. No entanto, o colonialismo se manifestou em duas diferentes vertentes: colônia de povoamento e colônia de exploração. A primeira marca uma ocupação com finalidade de estabelecimento de moradia e desenvolvimento local. Neste caso, a metrópole, proprietária da colônia, recebia apenas um percentual dos valores gerados pelo trabalho desenvolvido pelos colonos, ou seja, remetia-se uma pequena parte dos valores gerados e a maior parte era empregada no desenvolvimento e estruturação da própria colônia. Já a colônia de exploração era marcada por uma relação parasitária com a metrópole, ou seja, todas as riquezas produzidas eram remetidas à metrópole.

Neste sentido, não nos custa perceber que as grandes potências europeias eram sedentas pela conquista da maior quantidade de terras possíveis e, sobretudo, pela exploração das riquezas que essas colônias oferecessem. É mister esclarecermos que algumas colônias apresentavam uma extensão territorial expressiva e tornavam difícil inclusive a seguridade da posse, uma vez que a gana por riqueza levava, muitas vezes, a combates armados entre potências comerciais distintas. Neste contexto, a escravização humana em grande escala mostrou-se um importante instrumento de viabilização da colonização e, tempos depois, um nicho de mercado importante, mediante tráfico humano. Em nome da busca desenfreada pelo ter, uma parcela da humanidade foi escravizada e sofreu violências diversas, que não se restringiram a castigos físicos, mas também atingiram a mente e a identidade cultural dos cativos. Portanto, a escravidão negra não só marca o início da era moderna como constitui condição *sine qua non* de sua existência. (GILROY, 2012)

A formação dos impérios coloniais europeus acarretou a reificação de povos negros de diferentes origens do continente africano. Assim, ao falarmos em diferentes origens, estamos destacando o importante aspecto da diversidade cultural presente no próprio continente africano. Deste modo, não se pode homogeneizar as diferentes culturas africanas sob o epíteto de Cultura africana ou Cultura negra. Há diferentes culturas africanas dentro daquela África que foram expropriadas de seus redutos de expressão e foram arremessadas no continente americano através do Atlântico. Diante disso, diferentes manifestações culturais africanas

encontraram-se com as culturas do colonizador e com as culturas indígenas, também presente em solo brasileiro. Portanto, é a alegorização desse movimento da cultura africana para chegar ao Brasil e o contato desta com outras expressões culturais que gera o que Gilroy (2012) e Hall (2003) denominam “diáspora negra”.

Conforme dissemos há pouco, o território brasileiro era marcado pelo multiculturalismo, ou seja, havia em solo brasileiro a confluência de diversas culturas. Assim, não obstante haver uma coerção para que a cultura do colonizador predominasse e suplantasse as demais expressões culturais, o que se verificou foi uma relação dialógica entre as diferentes culturas, sobretudo entre as culturas marginalizadas, muito embora a cultura hegemônica também tenha sofrido alteração. Neste sentido, as culturas africanas foram se modificando e se misturando com outras culturas. Dessa mistura, denominada por Hall (2003) criouliização e por Munanga (2004) mestiçagem, surge uma expressão cultural nova e ressignificada.

A cultura não é algo rígido e imutável, conforme desejavam os colonizadores no período de expansão territorial e marítima, nem homogênea segundo acreditam os neocolonialistas (GILROY, 2012). Há no diálogo intercultural contribuições de parte a parte, ou seja, essas culturas diaspóricas são marcadas pela mudança e hibridização (HALL, 2003). Assim, a retomada genealógica da cultura perdida mostra-se um esforço improficuo, pois o negro diasporizado não se reconhece nessa cultura usurpada, mas sim na nova expressão cultural construída pela diáspora. Segundo Gilroy (2012, p. 20):

Formas contrastante de ação política emergiram e criaram novas possibilidades e novos prazeres através dos quais os povos dispersados reconheceram que os efeitos do deslocamento espacial tornaram a questão da origem inacessível e em ampla medida irrelevante. Eles podem mesmo ter chegado a aceitar a possibilidade de que não são mais o que já foram um dia, e não podem, portanto, rebobinar as fitas de suas caóticas histórias culturais.

Portanto, o conhecimento obrigatório da cultura afro-brasileira determinado pela Lei 10.639/03 deve levar em consideração a relação dialógica da cultura africana com outras expressões culturais e perceber as relações imbricadas em tais relacionamentos. Diante disso, a lei assegura aos estudantes brasileiros o conhecimento de sua origem, de sua identidade cultural, que está umbilicalmente ligada à diáspora negra.

2 O Negro antes da chegada dos europeus

Alguns segmentos da sociedade brasileira ainda hoje acreditam que o continente africano sempre foi marcada pelo atraso e subdesenvolvimento. Contudo, uma análise dos modos de vida dos distintos grupos étnicos africanos que contribuíram com a formação cultural brasileira ao serem violentamente arrancados de seus territórios mostrará que havia organizações sociais extremamente desenvolvidas. Dentre os povos africanos que apresentaram um elevado grau de organização social e econômica destacamos os haussás. Esta etnia sofreu colonização islâmica e aprendeu a ler e escrever em árabe. Além da escrita, dominou técnicas de cultivo agrícola, conheciam as artes da guerra e já praticavam a escravidão, usando escravos como lavradores ou soldados. Os haussás também apresentavam um elevado domínio da metalurgia e dominavam a economia monetária. Outros povos havia que além de organização social manifestavam um acentuado desenvolvimento artístico.

Diante desse panorama, podemos nos questionar até que ponto a cultura africana pode contribuir para a melhoria de vida dos brasileiros. A resposta a esse questionamento leva-nos a autorreflexão e a análise crítica dos relacionamentos humanos. Por conseguinte, não podemos esquecer os graves problemas que corroem as relações interpessoais como, por exemplo, a violência, o descaso e o desrespeito. A busca desenfreada pelo “ter” promove o distanciamento das pessoas e a ruptura dos vínculos familiares. Não é raro encontrarmos pessoas completamente ilhadas em seu próprio seio familiar. Esse isolamento, torna-as mais vulneráveis ao vício e a doença. Tudo isso é produto de uma cultura global do não ouvir e, pior ainda, do menosprezar o outro. No entanto, os povos africanos resguardam na ancestralidade sua maior riqueza. A cultura oral, transmitida pelos anciãos, é extremamente valorizada, pois encerra uma verdade vivida ou presenciada.

A cultura africana é a grande guardiã dessa ancestralidade, pois, para o africano, a palavra do idoso é uma palavra de sabedoria. Hoje, vivemos no mundo da tecnologia e reatar esse elo com a africanidade esquecida exige esforço e serenidade. Assim, primeiramente é preciso conhecer essa cultura africana em profundidade, não através de recortes caricaturais e folclóricos, mas conhecê-la com respeito. Essa tarefa parece fácil, mas encerra uma luta contra verdades consolidadas historicamente através de um política deliberadamente excludente, que incute na sociedade brasileira um modelo cultural hegemônico, notadamente branco e aristocrático. Neste sentido, conhecer a cultura africana é garimpar as manifestações negras sobreviventes e diaspóricas, que manifestam-se na cultura brasileira. O segundo ponto é o respeito a cultura negra, não como cultura exterior ao ser brasileiro, mas como parte desse

próprio ser, ou seja, é reconhecer-se parte dessa africanidade negada historicamente, mas revigorada pela luta e resistência de negros, independentemente da cor da pele.

Portanto, essa imagem de inferioridade e atraso, difundida há tempos sobre os povos africanos e ainda persistente hoje, não passa da criação de estereótipos culturais, que visam à manutenção da hierarquia social e conseqüentemente de privilégios da classe econômica, conforme trataremos adiante. O fato é que a África antes da chegada do europeu era evoluída, inclusive dominando algumas tecnologias ainda não dominadas pelo europeu como, por exemplo, a metalurgia.

3 A vida no Brasil: um processo de abnegação e luta.

A chegada ao Brasil representou uma ruptura traumática. Primeiramente, o distanciamento da terra-natal significou um momento de muito sofrimento, pois para o africano a terra tem uma dupla simbologia mística, o vínculo com a ancestralidade e a oferta de alimentos para o corpo. Assim, há uma indissociabilidade entre homem e terra, conforme podemos colher nas palavras de Domingos (2011, p.8):

O que caracteriza especialmente essas relações entre o homem e a terra, são traços vivos da existência da ligação concreta e não utilitária da porção da terra dada. Esta ligação é caracterizada pela indissociabilidade da interdependência entre um e outro; a interdependência reconhecida que se traduz pelas obrigações recíprocas. Uma relação vital associa o homem ao espaço natural como a fonte de valores de subsistência, transfigurada na Mãe Nutriz.

Nesse sentido, a distância da África não pode ser compreendida de modo objetivo, enquanto mero caráter geográfico. Muito mais que isso, a vinda para o Brasil configurou uma ruptura com a magia que existe entre o homem e a ancestralidade. Assim, os africanos escravizados e arrancados de suas terras passaram primeiro por muitos sofrimentos. O elo com a terra e ancestralidade fora quebrado, o colonizador tirara a segurança em relação ao futuro e, sobretudo, em relação a própria identidade de milhares de negros levados ao Brasil. Que surpresas poderiam esperar? A nova terra ofereceria a segurança biológica e espiritual? O vínculo com a ancestralidade estaria mantido? Não se pode afirmar que tais questões ocuparam a mente dos negros escravizados, mas o estudo da cultura africana assegura que a separação com a terra foi traumática e deixou marcas indeléveis em seu espírito.

Uma segunda e não menos dolorosa violência praticada contra as comunidades africanas alvo de escravização foi a separação de seus familiares. Assim, tão logo chegavam ao Brasil, famílias inteiras eram separadas, atendendo a interesses meramente comerciais. Além disso,

havia, nessa prática, a vantagem de evitar insurgência de grupos familiares. Deste modo, o fato é que filhos, mães e pais foram separados para não mais conviverem. Por conseguinte, grupos africanos distanciados geograficamente e culturalmente passaram a conviver e manifestar crenças e costumes. No entanto, cada negro ou negra aqui trazido só contava consigo e com sua religiosidade para suportar as condições adversas que a escravidão os reservava, pois a desumanidade da escravidão restringia a solidariedade entre os que viviam tal flagelo.

4 A mestiçagem cultural e racial brasileira.

A palavra miscigenação aparece no dicionário Ferreira (2010, 1402) como “Cruzamento de etnias; mestiçamento; mestiçagem, caldeamento”. Essa definição atende a uma conceituação geral, mas mostra-se extremamente reducionista e vaga, quando aplicada ao “choque” cultural entre negros, indígenas e brancos europeus. Usamos o termo choque, porque compreendemos que essa expressão reflete com maior fidelidade a confluência dessas distintas culturas, uma vez que a palavra “encontro” poderia ensejar uma falsa relação de reciprocidade ou voluntarismo. Assim, como aos negros escravizados não foram apresentadas alternativas, haja vista o emprego da força para retirá-los de seus territórios, acolhemos o vocábulo choque por entendermos mais adequado.

Neste sentido, a miscigenação cultural ocorrida no Brasil no período da colonização deve ser criteriosamente analisada. Primeiramente é preciso compreender que negros e índios não eram sujeitos de direitos, ou seja, não lhes eram garantidos os direitos mais fundamentais como, por exemplo, a liberdade, a salubridade de uma moradia digna e uma alimentação adequada. Não bastasse isso, os negros eram submetidos a trabalhos forçados até os limites da resistência humana. Assim, fragilizados pela escravidão, os negros e índios, muitas vezes, valiam-se do corpo para desfrutar de melhores condições de vida. Além do cruzamento racial entre negros e brancos, verificou-se a mistura entre índios e negros. Contudo, apesar de negros e índios terem sofrido com as maldades do opressor branco, coube aos negros um sofrimento maior. Uma das razões para essa distinção diz respeito à percepção diferenciada dada pelos jesuítas, que viam o índio como ingênuo e em estado permanentemente pueril, enquanto negros eram representados como condenados desde a origem. Portanto, numa extensão interpretativa da escritura sagrada, os negros eram vistos como descendentes de Cannan (ou Caim) que fora amaldiçoado a ser “(...) o último dos escravos de seus irmãos!”. Por conseguinte, a escravidão do negro foi defendida pelo europeu como um ato justificável, inclusive apontado em profecias. (DAVIS, 2013)

A miscigenação operada no Brasil colonial foi diversificada. Além da mistura racial, houve também interseções culturais dessas três matrizes étnicas. Assim, o negro que já tinha uma relação espiritual com a natureza passou a usar ervas para fins medicinais após o contato com o indígena. Um outro ponto de confluência cultural é a língua portuguesa usada no Brasil. Diversas palavras usadas atualmente apresentam origem indígena e africana como, por exemplo, topônimos e diversos pratos culinários, além de vocábulos como “moleque”, “zanga” e “cochicho”, que já se acham incorporados ao falar brasileiro e cuja origem africana não é recuperada.²

5 A tradução cultural e religioso como mecanismo de preservação cultural.

A miscigenação cultural a que fizemos referência há pouco foi violentamente combatida pelo colonizador. As manifestações culturais e religiosas de indígenas e negros sofreram perseguição e sua prática foi proibida. A título de exemplo, poderíamos fazer uma analogia entre a repressão à expressão cultural negra e a expansão do império romano. Os romanos aos conquistarem novos territórios e povos através das guerras tratavam logo de impor sua cultura e língua. Assim, os povos conquistados mantinham-se mais controláveis, pois práticas culturais e religiosas são poderosos recursos de aglutinação social e, uma vez reunidos, os grupos dominados poderiam rebelar-se contra os seus opressores. Neste sentido, a perseguição à práticas de ritos religiosos e práticas culturais atendia, sobretudo, a manutenção do *status quo*, ou seja, mantinha inalteradas as condições de exploração impostas a índios e negros.

A tentativa de aculturação de negros e índios não logrou o êxito desejado pelos colonizadores, pois muito dessas culturas encontram-se embutidas na cultura brasileira. No entanto, é conveniente lembrar que aspectos culturais negros não precisam guardar fidelidade à sua raiz africana, haja vista que a cultura é por natureza mutável no seu percurso diacrônico. Assim, parte dessa cultura diaspórica do negro chegou aos nossos dias e outra parte foi perdida em meio à repressão e à intolerância. Outros casos há em que determinada influência cultural não conserva a gênese africana, exceto para um grupo restrito de estudiosos. Neste sentido, poderíamos citar a prática cultural das rezadeiras, tão requisitadas por pessoas das mais diversas religiões para curas de enfermidades como, por exemplo, vermelha, espinhela caída, quebranto e tantos outros males que afligem os seres humanos. Algumas pessoas mostram-se até

² Documentário Mojuba – Episódio 1. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=mpjxTzsQfQk&list=PLNM2T4DNzmq5jtQbw8sgGrx3NwjX_Xgw_

cerimoniosas ao buscar tais ajudas, pois temem reprimenda social em razão do preconceito dirigido às rezadeiras. Esse preconceito resulta de uma política de imposição da cultura hegemônica, notadamente a cultura do colonizador.

A violência física e psicológica enfrentada pelos negros escravizados era muito grande e o colonizador impedia-os de realizar suas práticas religiosas, que era a única maneira encontrada para conservar o vínculo com a ancestralidade e manter o equilíbrio interior no conturbado momento em que se achavam inseridos. Assim, o negro precisou criar estratégias para viabilizar a expressão e conservação de sua cultura sem sofrer castigos. Deste modo, rituais e cerimônias africanas foram transvestidas em práticas e ritos religiosos católicos. Destarte, a capoeira foi ressignificada pela diáspora e tornou-se aos olhos do homem branco uma dança.

Neste contexto, os orixás das religiões africanas encontraram correspondência com santos católicos e puderam ser cultuados pelos negros. Este processo de interseção cultural ou religiosa é denominada ressignificação e foi através dele que as culturas marginalizadas durante o período colonial puderam subsistir. Assim, Oxum foi sincretizado em Nossa Senhora das Candeias, Iemanjá foi sincretizado em Nossa Senhora da Conceição, Exu sincretizou-se no diabo católico etc. No entanto, é preciso perceber que a ressignificação mais que uma opção é uma necessidade. Para Prandi (1995, p.18), “o sincretismo se funda neste jogo de construção de identidade. O candomblé nasce católico quando o negro precisa ser também brasileiro”. Neste sentido, a tradução cultural foi um passo importante na busca da cidadania negada aos negros brasileiros no período colonial e ainda hoje cerceada pela preconceito racial.

6 A luta pela liberdade.

A sociedade hoje prega o discurso da liberdade. A própria Constituição Federal brasileira postula diversos tipos de liberdade como, por exemplo, de expressar opiniões e de ir a qualquer lugar. Além disso, percebe-se que a modernidade apregoa uma maior liberdade nas relações interpessoais. Hoje, muitos filhos sentem-se bastante à vontade para conversar com seus pais os mais diferentes assuntos. No entanto, muitas vezes a liberdade formal, aquela propagada pelos meios de comunicação e em discursos publicitários, não passa de um conceito. Um bom exemplo disso é o processo eleitoral brasileiro. Nele há o indicativo de que todos são “livres” para escolher conscientemente seus governantes, segundo o processo democrático a que o país adere. Contudo, podemos afirmar que um brasileiro pobre, desempregado, marginalizado socialmente é livre de consciência para enfrentar uma estrutura política viciada e corruptiva?

A resposta a essa pergunta remonta as primeiras ações empreendidas por negros brasileiros escravizados durante a colonização. Eles desenvolveram muitas estratégias de resistência à escravidão, que contribuíram para a construção da sociedade livre e justa ainda hoje sonhada pela sociedade brasileira. Entretanto, apesar do país ainda não mostrar uma liberdade equalizada, ou seja, igualmente distribuída, a situação do negro escravizado pelo colonialismo era desumana e degradante. Nesse contexto violento e opressor, os negros lutaram arduamente pela liberdade, simbolicamente representada pelo fim da escravidão.

Quando se fala em resistência à escravidão (CARDOSO, 2008), logo os Quilombos são mencionados; sobretudo Palmares, o mais famoso deles. Quilombos eram comunidades criadas por negros escravizados fugidos. Nestas comunidades, manifestou-se uma organização social fundada na justiça e um modelo econômico autossustentável, muito embora houvesse relações bilaterais entre aldeamentos quilombolas próximos. Nessas comunidades politicamente organizadas, a tradição africana encontrava liberdade de expressão. (ARAÚJO 2006 *apud* RIBEIRO 2014, p. 12)

Uma outra forma de resistência à escravidão era o saque de mercadorias, que servia ao duplo propósito de tornar a escravidão menos rentável e proporcionar a compra da liberdade, denominada alforria. Além de fugas e saques, um baixo empenho na realização das atividades também configurou uma maneira de enfraquecer o sistema colonial e, conseqüentemente, impor um termo ao processo escravocrata.

Portanto, os negros impuseram diversas lutas pela liberdade como fugas, saques, organização em Quilombos e a própria ressignificação cultural pode ser concebido como uma resistência cultural. Todas essas lutas foram travadas antes da abolição da escravatura. Outros combates, igualmente intensos, foram iniciados após o fim da escravidão e buscavam a inserção social dos negros e demais setores à margem da sociedade. Acerca das lutas pós-abolição, trataremos no tópico O Negro na Contemporaneidade, presente no capítulo 2.

Epílogo: Abolição: “o presente de grego”.

A escola é um espaço de aquisição de muitos conhecimentos. Lá, os alunos aprendem conceitos e ensinamentos que, supomos, os ajudarão a enfrentar os grandes dilemas sociais e buscar soluções para os mesmos. Neste sentido, os professores e o livro didático são componentes basilares da formação discente. Talvez alguém desconfie da veracidade do que acabamos de afirmar por considerar extremamente reducionista a ênfase no livro didático como recurso pedagógico. Contudo, a realidade da educação brasileira é marcada pela precarização.

Muitos professores submetem-se a uma jornada de trabalho exaustiva para sustentar sua prole. Por conseguinte, raramente consegue participar de cursos de formação continuada, haja vista que a oferta de tais cursos não atende à demanda de profissionais em atividade. Some-se a isso, a dificuldade dos docentes em custear seu aprimoramento profissional, além é claro do desgaste físico e mental resultante de sua labuta. Tudo isso comprova uma triste realidade brasileira, o livro didático é o principal recurso pedagógico que apoia a prática pedagógica. Vejamos o que Marisa Lajolo diz sobre o livro didático:

Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina. Como sugere o adjetivo didático, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. (LAJOLO 1996, p.4)

Portanto, o livro didático ganha relevo no processo de ensino-aprendizagem, principalmente no sistema público de ensino. Não obstante, assim como acontece em qualquer processo comunicativo, é preciso guardar reservas em relação ao conteúdo veiculado pelos livros didáticos, pois eles são produto da criatividade humana e refletem ideologias e percepções de seus idealizadores. Um bom exemplo do comprometimento ideológico do livro didático com o contexto de sua produção é a abolição da escravatura. Um leitor não-crítico poderá perceber essa importante conquista dos negros como um ato benevolente da princesa Isabel. No entanto, o fim da escravidão representou um longo período de luta e resistência, em que milhares de vidas foram ceifadas.

A extinção da escravidão foi bastante comemorada pelos setores abolicionistas, mas não custou para que os negros compreendessem a difícil realidade que enfrentariam. O ato “generoso” da princesa não previa a indenização à comunidade negra pelos séculos de opressão sofrida no regime colonialista. Deste modo, os negros estavam à ermo, sem garantia de moradia, trabalho remunerado ou alimentação. Enquanto escravos, eles tinham assegurados uma moradia e alimentação, muito embora inadequada e insuficiente. Entretanto, a liberdade lhe retirou a pequena certeza que tinham.

Os empregos em fábricas nas cidades era reservado aos brancos por uma imposição hierárquica da qual falaremos adiante. Assim, a falta de qualificação técnica do negro serviu de justificativa para a inviabilidade de sua inserção no setor fabril. Diante desse contexto, a única alternativa era prosseguir com os trabalhos braçais antes realizados na condição de escravos e receber uma pequena remuneração pelo serviço a partir da abolição da escravatura. Esse

pagamento era tão ínfimo que não assegurava sequer uma melhoria na qualidade de vida em comparação com a escravidão. Portanto, o fim da escravidão representou muito mais um abrandamento da mácula histórica do colonizador do que uma melhoria de vida para os povos negros escravizados. No entanto, não estamos afirmando que a abolição não constituiu uma conquista para o negro. Pelo contrário, apenas salientamos a falta de uma política assistencialista que atendesse os negros libertos nos anos iniciais do fim da escravidão. Daí podermos falar que a abolição significou para o negro o mesmo que o presente oferecido pelos gregos aos adversários troianos.³

³ Na mitologia grega afirma-se que, durante a guerra entre gregos e troianos, os gregos venceram ao oferecer uma imensa escultura de madeira em formato de cavalo, onde puderam se esconder e conseguiram transpor a resistência da muralha de Troia. Os troianos acreditando tratar-se de um presente colocaram o cavalo dentro de seu território e sofreram a derrota.

Capítulo 2

O NEGRO APÓS A ABOLIÇÃO: UM ENFOQUE SOBRE O RACISMO E A ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS NEGROS.

Este capítulo abordará o processo de adaptação enfrentado pelo negro após a abolição e quais as mudanças decorridas do fim da escravidão. Assim, procuraremos oferecer uma visão geral dessa nova realidade sob um olhar do negro, uma vez que não raro a abolição aparece narrada nos livros didáticos segundo uma interpretação ideologicamente afinada com o ser branco. Além disso, apresentamos os movimentos negros e sua bandeira de luta, bem como os ganhos trazidos por tais organismos sociais. Portanto, esperamos que essa leitura ofereça clareza sobre a condição de vida enfrentada pelos negros, o processo de organização social efetivado por estes, as conquistas obtidas e, além disso, buscamos apresentar a justificativa negra para algumas ações afirmativas desenvolvidas pelo Estado brasileiro para corrigir distorções no usufruto de oportunidades.

1 O racismo científico e o mito da democracia racial.

O século XIX foi palco de importantes mudanças sociais. Primeiramente, enfatizamos a abolição da escravidão como importante evento ocorrido no período, apesar de não ter surtido o efeito desejado pelos povos negros. Contudo, as mudanças não param por aí. O período foi marcado por uma expectativa de progresso, impulsionado pelo surgimento das primeiras máquinas e por um significativo desenvolvimento científico. Neste contexto, o tratamento objetivo da realidade ganha relevo e a validade das afirmações subordina-se ao crivo da razão. Essa supervalorização da razão se deve à compreensão de que o desenvolvimento racional havia atingido um estágio tão elevado que poderia reduzir ou extinguir toda a ignorância humana. Assim, a razão foi alegoricamente representada pela luz, que poria fim a ignorância e a servidão. (NASCIMENTO, 2008)

Além do Iluminismo, o século XIX assistiu a outros importantes pensamentos filosóficos, que orientaram a literatura e a vida da sociedade novecentista. Dentre eles, destacamos o Realismo e o Determinismo, que são modos de pensar orientados pela razão. O Realismo buscava o retrato fiel da sociedade, sem as idealizações que caracterizaram os séculos anteriores, que entendiam representar as trevas. Assim, na literatura tivemos diversas obras que enfocavam o caráter corruptivo de alguns segmentos sociais como, por exemplo, a mulher que trai o marido, a expressão do desejo carnal, a ganância e muitos outros desvios condenáveis

pela sociedade, mas presentes em seu íntimo.⁴Destarte, trazendo essa conceituação para o campo filosófico tem-se o Realismo como expressão do real, da verdade, mas será mesmo possível determinar o que é a verdade?

Aparentemente de fácil resolução, a questão anterior encerra um aspecto obscuro. Assim como irmãos que disputam a primazia do amor de sua mãe, um querendo ser mais amado que o outro e ambos achando-se igualmente certos; a verdade é percebida de modo difuso na prática social. Deste modo, em nome da verdade e da justiça, alguns atos condenáveis foram praticados contra a humanidade.

O outro pensamento filosófico igualmente relevante para nossa discussão é o Determinismo. De acordo com o Determinismo, “o comportamento humano, a ser determinado pela obra de arte é determinado por três fatores: meio, raça e momento histórico”. (AMARAL 2013, p.84)

Esse pensamento alcançou grande prestígio no período e manifestou-se na ciência e nas artes. Associado ao determinismo, Darwin (1859) desenvolveu estudos sobre a origem nas espécies e concluiu que “no processo de evolução das espécies, há uma seleção natural que leva os mais fortes a derrotarem os mais fracos”. (AMARAL 2013, p.84)

É mister salientarmos que essa interpretação da obra de Darwin não é pacificada, havendo autores que optem pelo termo melhor adaptado para fazer referência à espécie que sobressai. Não obstante, independente do termo adotado, há uma ideologia que sustenta a hierarquização social.

Assim, com o fim da escravidão, consolidou-se um poderoso processo de exclusão social da população negra, que foi denominado Racismo Científico (SILVA, 2007). O branco passou a justificar cientificamente seu direito a hegemonia e a manutenção de privilégios. Com esse fito, defendeu a ideia de que os negros eram inferiores e fracos, ao passo que brancos descendiam de uma espécie mais inteligente e forte. Portanto, não cabia a contestação à estratificação social brasileira, pois a hierarquia social refletia algo cientificamente comprovado, ou seja, a superioridade branca. Neste contexto, o conceito de raça é atribuído para representar as diferentes origens e, conseqüentemente, separar a sociedade em vários grupos, usando como critério principal a cor da pele.

O racismo científico instrumentalizou ações violentas contra grupos de negros e mestiços, além de impossibilitar um tratamento isonômico dentro da sociedade brasileira. Durante anos, os negros não puderam estudar, bem como não puderam ocupar os cargos de

⁴ São exemplos de romances realistas: Dom Casmurro, Primo Basílio e Aves de Arribação.

maior remuneração. Ainda hoje, o racismo faz suas vítimas, mesmo em face da repressão legal, que o define como crime inafiançável e imprescritível. (CF 1988; art. 5; XLII). Essa ação punitiva da lei acarretou uma postura menos ostensiva nos atos de racismo e foi acompanhada de um discurso que assegurava a integração de todos os brasileiros, uma sociedade justa e igualitária, além de afirmar categoricamente a inexistência do racismo.

Contudo, tudo não passou de um discurso falacioso e, por isso mesmo, foi denominado por estudiosos como Mito da Democracia Racial. Compreendendo um pouco a expressão, teremos por mito um produto imaginativo, portanto sem comprovação de sua existência. Democracia etimologicamente representa o poder nas mãos do povo. Já o vocábulo racial guarda relação com a gênese cultural dos diferentes grupos. Portanto, o Mito da Democracia racial visava à conservação dos privilégios e da hegemonia do colonizador, uma vez que de acordo com esse pensamento, todos são iguais e desfrutam de iguais oportunidades, logo não há razões para lutas igualitárias, uma vez que não existe injustiça. A esse respeito, Lima (2006, p. 76-77) afirma haver “uma ideologia de negação do racismo e de afirmação da democracia racial, que, apesar de teoricamente insustentável, ainda permeia o imaginário de muitas pessoas, inclusive de parcela expressiva da população negra”. E mais à frente acrescenta: “Sob a égide da democracia racial, camuflaram-se os conflitos e as desigualdades. Nesse processo houve um silenciamento das vítimas, a população negra”. (LIMA 2006, p.94)

Diante disso, a igualdade ainda é algo a ser construído pela sociedade brasileira. Para tanto, é fundamental o reconhecimento da prática do racismo e o combate a sua manifestação. Dentro dessa ideologia, a comunidade negra tem se organizado e lutado para assegurar políticas de ações afirmativas, que permitam a correção de distorções historicamente verificadas.

2 O negro na contemporaneidade.

A luta pela liberdade empreendida pelo negro, iniciada ainda no período colonial, foi se modificando frente a novas conjunturas político-sociais. A abolição não ensejou a conquista da cidadania, pois a sociedade continuou hierarquicamente organizada e o preconceito racial asseverou uma política excludente, em que uma minoria branca monopolizava o saber, a cultura e a economia. Diante disso, o negro deu início a uma batalha contra um adversário poderoso e perverso e, não bastasse isso, invisível. Esse adversário é o preconceito. Como vimos há pouco, o preconceito encontrou na filosofia iluminista terreno fértil para o seu desenvolvimento. Através da razão o negro foi apontado como um ser fraco e inferior sob todos os aspectos aos brancos. No entanto, as pesquisas científicas refutaram essa hipótese e afirmaram que as

capacidades cognitivas, intelectuais e de qualquer outra natureza podem ser encontradas em qualquer ser humano, independentemente de sua origem.

Apesar de aparentemente sanado o problema do preconceito, ele continuou atuando tacitamente na sociedade brasileira. Assim, o negro era discriminado na escola, nos trabalhos que arranjava ou outros ambientes que frequentava. A cor da pele, a textura do cabelo e outros traços físicos eram e continuam a ser (em menor medida) critério de aceitabilidade social. Uma boa prova disso é a famosa “boa aparência” que consta como requisito para admissibilidade em empregos e que, na maioria dos casos, esconde uma marginalização dos negros, a julgar pelos resultados de tais seleções. Diante disso, no espetáculo da cultura brasileira dirigido pelo branco, coube ao negro o papel de coadjuvante. Contudo, esse mesmo negro buscou uma releitura desse cultura, na qual sua contribuição fosse reconhecida e valorizada, ou seja, ele quis ser um dos protagonistas dessa história. Assim, uma série de medidas foram adotadas para assegurar a respeitabilidade e visibilidade da cultura negra e, por conseguinte, o combate ao racismo e preconceito.

Uma das primeiras conquistas importantes para a afirmação cultural negra foi a educação. A população negra saiu do analfabetismo que caracterizou o período colonial para uma crescente conquista do conhecimento sistematizado. Hoje, temos negros compondo importantes quadros de intelectuais e contribuindo para o combate ao preconceito racial, seja através de seu discurso, seja pelo seu exemplo. Além de intelectuais, vimos ganharem notoriedade muitos artistas negros. É mister, entretanto, reconhecer que a intensificação dos debates permitiu o surgimento de diversos pensadores e intelectuais que combatem com veemência as diversas formas de preconceito como, por exemplo, o racial, econômico, geográfico e de gênero. Nesse sentido, vale destacar dois momentos cruciais dentro dessa política de inclusão social do negro: a organização do movimento negro e a articulação do negro com outros grupos defensores de excluídos socialmente.

A organização do movimento negro trouxe maior visibilidade à problemática do racismo e tem assegurado conquistas, dentre as quais aquelas trazidas por ações afirmativas do Estado em combate à discriminação racial e ao preconceito. Assim, a segregação racial presente no Brasil foi se desvelando ao povo brasileiro e justificou a adoção de medidas isonômicas. Portanto, não se trata apenas de oferecer a mesma oportunidade para negros, brancos, índios ou outro grupo étnico, pois negros e índios foram historicamente vítimas de preconceito e discriminação. Em razão disso, eles foram privados de vários direitos, segregados socialmente e culturalmente estereotipados, enquanto ao branco era garantido todos os direitos. Logo, a isonomia buscada pelos oprimidos exige tratar de modo diferenciados aqueles que sempre

foram tratados diferentemente, ou seja, é preciso oferecer mais oportunidades àqueles que estão mais fragilizados socialmente para que no futuro possam competir em igualdade de condições com os brancos. Dentro dessa ótica, podemos citar a política de cotas raciais para negros e índios nas Universidades públicas brasileiras.

Ainda no contexto de ações afirmativas, podemos citar a destinação de vagas para deficientes concursos públicos e o incentivo ao trabalho das mulheres. Esse último ponto contempla um bom exemplo do que é isonomia. A Constituição Federal de 1988 (ART.5, I) traz que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (...)” e um pouco depois diz:

ART. 7 São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; (ART. 7, XX)

Portanto, se a Constituição Federal entende ser necessário “incentivos específicos” para a proteção do mercado de trabalho feminino, então fica subentendido que condições de desigualdade construídas historicamente fazem com que sejam necessárias ações afirmativas promotoras de igualdade. Assim, a luta do movimento negro organizado conquistou a garantia das manifestações culturais negras (C.F 1988, ART. 215), o ensino de cultura e cultura afro-brasileira na Educação Básica (Lei 10.639/03) e a construção de escolas em comunidades quilombolas, em que adotam-se um currículo diferenciado, além da criação da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), que congrega esforços de comprometimento com o fim das desigualdades étnico-raciais.

O século XX representou o momento de organização e estruturação do movimento negro e, segundo Ribeiro (2014, p.1), pode ser considerado “como porta-voz das proposições e reivindicações da população negra e um propagador das perspectivas de paridade de participação, entendendo essa perspectiva como um canal para justiça social, buscando garantir redistribuição e reconhecimento, de maneira simultânea”. Portanto, a maturidade do movimento negro, encontrada mediante uma maior qualificação do discurso, acarretou a descentralização da questão exclusivamente negra e a assunção de uma responsabilidade maior ao defender os oprimidos e excluídos.

Nesse sentido, podemos identificar uma aproximação do movimento negro com outras organizações sociais dos marginalizados nas últimas décadas, dentre as quais podemos citar o movimento feminista. Portanto, apesar de manter-se fiel à inclusão social do negro na sociedade

brasileira e ao fim do racismo, o movimento negro advoga em defesa de uma questão bem mais ampla, a democracia racial, conforme pode-se perceber na sua atitude crítica em resposta às perseguições aos negros no período da ditadura militar, priorizando autonomia política e a organização do Estado. (RIBEIRO 2014, p.24)

Um último aspecto a considerar é a natureza do discurso do movimento negro e do ativismo negro em geral. A simples constatação de que o negro existe não garante o respeito a sua identidade, ou seja, não garante uma isonomia identitária em comparação com a cultura branca. O Brasil viveu séculos de segregação cultural de negros e índios, enquanto construía a hegemonia cultural europeizada. Logo, um tratamento diferenciado deve ser dada a cultura negra, pois a maioria das representações culturais do negro na cultura brasileira atual apresentam o negro ora de maneira estereotipada, ora folclorizada. Os registros que são feitos pela história destacam sempre a escravidão e associam o negro a um animal ou mercadoria. Não se demonstra a beleza e riqueza cultural desses povos, como se as diferentes etnias trazidas as Brasil fossem marcadas por um modo de vida primitivo. Nessa linha, exemplifica bem a questão a imagem veiculada pela mídia em que a mulher negra é envolvida em um universo erotizado. Na contramão disso, a mulher branca é expressa como delicada, doce, meiga e ingênua. Tudo isso se deve ao posicionamento ideológico dos discursos produzidos ao longo da história da sociedade brasileira, que reflete uma ideologia branca e segregacionistas.

Por outro lado, o movimento negro propõe um discurso ideologicamente comprometido com a valorização cultural negra. Assim, ele entende que a correção das distorções sociais historicamente construídas precisa de um discurso que afirme a identidade negra e façam com que um sentimento de pertencimento seja desenvolvido pela população negra. É fato que muitos negros procuraram assemelhar-se aos brancos a fim de fugirem do preconceito racial. Na passagem do século XIX para o XX, houve uma política de Estado para procurar embranquecer a população, inclusive com incentivo à imigração europeia. Assim, acreditava-se que através de um processo contínuo de miscigenação, a população brasileira poderia tornar-se branca. Deste modo, além de atender às deliberações do racismo, o branqueamento esconderia o passado inglório dos europeus. (ZUBARAN, 2012)

Algumas mulheres negras passaram a buscar essa semelhança com as brancas, através da adoção de práticas que tornassem-nas mais parecidas com as brancas como, por exemplo, o alisamento do cabelo. A aceitação social dependia da negação do “eu” negro, ou seja, de sua identidade. Isso se deve a uma estrutura ideológica montada com o propósito de subjugar o negro à dominação branca. Portanto, somente através de um discurso que defenda o negro e

destaque sua cultura essas distinções poderiam ser equalizadas. Dentro dessa linha, PETIT (2013) adota o termo Pretagogia para esse universo informacional com ideologia de afirmação da negrura. Para a autora, a Pretagogia está inserida dentro de uma cosmovisão africana, em que os diferentes aspectos culturais da cultura africana são contemplados e passam a manifestar um lado da cultura negra que nunca fora mostrado.

3 O papel do livro didático: potencialidade e fragilidade.

A sociedade brasileira enfrenta vários problemas sociais, políticos e morais resultantes de relações interpessoais marcadas pela desigualdade e desrespeito. Todos os dias, os noticiários apresentam novos casos de corrupção e intolerância que precisam ser enfrentados. Neste sentido, a escola destaca-se como um dos mecanismos principais de formação humana, ladeada pela família. Assim, os professores servem-se de sua fundamentação teórica para atender ao que preceitua a Lei 9.394/96 (ART.35, III), quando nesta se lê que o Ensino Médio tem como finalidade “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.”

A obtenção da autonomia e do desenvolvimento do pensamento crítico não é algo fácil de ser conseguido, pois os Sistemas de Ensino silenciam dificuldades enormes enfrentadas por gestores e, sobretudo, professores no desempenho de suas funções pedagógicas. Um primeiro ponto a destacar é a limitação de recursos para as escolas, que constrói um abismo entre a infraestrutura de escolas públicas e privadas. Enquanto nas escolas particulares as intervenções pedagógicas, via de regra, são múltiplas e diversificadas; nos colégios públicos há uma constante adaptação dos professores às limitações de recursos. Deste modo, o aluno de escola pública se vê limitado a receber a formação que os poucos recursos de sua escola permitem que seja oferecida. Tudo isso é comprovado pela falta de insumos nos laboratórios de ciências, a limitada utilização de aulas de campo⁵ e falta ou insuficiência de equipamentos audiovisuais na escola. Essa carência, embora não inviabilize a aprendizagem dos estudantes, torna processo de ensino-aprendizagem enrijecido e monótono, caso não haja uma hábil atuação do professor em sala de aula e uma busca constante de superação das adversidades.

Diante disso, é preciso reconhecer outro fator determinante da aprendizagem satisfatória: o professor. Antes de iniciarmos as considerações sobre o professor, é mister

⁵ Diz-se que a aula é de campo, quando almejar comprovar determinada realidade científica ou social *in loco*, ou seja, onde ocorre o fato estudado.

esclarecermos que compreendemos por satisfatória a aprendizagem que resulta na consecução de cidadão críticos, capazes de pensamentos originais e detentores de um senso aguçado de justiça. (LEI 9.394, ART. 35) Além disso, salientamos que o objeto desta análise é circunscrito ao Sistema Público de Ensino, logo as dificuldades supracitadas se veem manifestas na prática pedagógica e somam-se a outras que a partir de agora elencaremos. Conforme colocado acima, o professor tem buscado estratégias para fugir a precarização da educação pública brasileira, mas também ele é alvo de uma política de desvalorização profissional. O professor da Educação Básica brasileiro recebe um dos menores salários dentre os profissionais de nível superior, fato facilmente comprovado em qualquer edital de concurso público pelo país. Assim, ele é obrigado a submeter-se a uma jornada exaustiva de trabalho para poder proporcionar a sobrevivência de sua família. Contudo, ainda assim esse profissional não desfruta de uma condição de vida equilibrada e saudável.

Diante do grande valor atribuído ao livro-didático, entendemos ser importante perceber os mecanismos legais que foram criados para assegurar sua oferta gratuita para alunos do Ensino Fundamental e Médio. Primeiramente, partiremos da lei maior do país, a Constituição Federal. Na Constituição encontramos um capítulo destinado à educação, em que assevera-se a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, gestão democrática do ensino público e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. (BRASIL, 1988, Art. 206)

Dentro da seara desta pesquisa, interessa de modo especial o artigo 208, que trata dos deveres do Estado. Neste artigo, o inciso VII determina ser dever do Estado garantir “atendimento ao educando, *em todas as etapas da educação básica*, por meio de *programas suplementares de material didático escolar*, transporte, alimentação e assistência à saúde”. (BRASIL 1988, Art. 208, VII; grifo nosso)

Deste modo, a Constituição confere grande valorização ao livro didático, pois é possível inferir que “o pleno desenvolvimento da pessoa” (C.F, Art. 205) se dá com o apoio do livro didático. Acerca das etapas da educação básica, o Ensino Médio passou a fazer parte dela com a LDB 9.394/96, mas a distribuição de livro didático para esta etapa do ensino é algo recente, datando do ano de 2006. (BENDER 2007, p.38)

Em 1996, a Lei nº 9.394, lei de diretrizes e bases da educação nacional é sancionada, recepcionando os anseios por melhorias já elencados na constituição, tais como liberdade e

desenvolvimento crítico. Além de incluir o Ensino Médio na educação básica, assegurar diversas modalidades de ensino, que atendam a diversidade de interesses do público, a LDB 9.394/96 distribuiu responsabilidades entre os entes federados, além de responsabilizar o Estado pela progressiva distribuição de material didático, inclusive material específico e diferenciado para atender a comunidades indígenas. (LDB 9.394/96; ART. 79, IV)

Portanto, o livro didático há muito deixou de ser um mero coadjuvante para tornar-se uma ferramenta importantíssima no desenvolvimento da prática pedagógica. Assim, além de assegurar o conhecimento das diferentes expressões culturais, o livro didático desempenha um papel de preservação cultural indígena, conforme podemos depreender do encaminhamento dado pela Lei 9.394/96. Deste modo, ao garantir a disponibilidade de material específico assegura-se às comunidades indígenas a difusão de valores e costumes caracterizadores do indígena e corroboram com o desenvolvimento de sua identidade. No entanto, a cultura e arte negras, apesar de obrigatória nos estabelecimentos de ensino, não representa um material didático específico. Logo, a atendimento da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, deve ser feito de modo integrado com os demais conteúdos do currículo e reflete uma relação intercultural própria da Cultura brasileira.

Destarte, este trabalho procura perceber como a determinação legal da Lei 10.639/03 tem sido efetivada e, sobretudo, se a maneira como a história e cultura negra aparece nos livros didáticos do Ensino Médio adotados no Liceu de Baturité atende às aspirações negras. Essa lei não surgiu para expressar apenas mais uma representação cultural, pois ela está alinhada a uma política de valorização cultural, de combate à discriminação e ao racismo que ainda maculam a sociedade brasileira. Portanto, os dispositivos legais por ela trazidos atendem a um duplo interesse: incentivo ao pertencimento negro e respeito a cultura negra. Ao reconhecer a necessidade de garantir no currículo da Educação Básica brasileira o conhecimento da cultura negra e sua relevância para construção da cultura brasileira subjaz a interpretação que a história e a cultura presentes nos livros didáticos anteriores à lei 10.639/03 não asseguravam o necessário espaço à cultura, arte e história negras. Essa constatação nos remete à análise já apresentada, segundo a qual os livros didáticos anteriores a LDB 9.394/96 e alterações refletiram ideologias de manutenção de hegemonias, na medida em que silenciaram em relação à riqueza cultural dos negros e outros grupos marginalizados no transcurso da história.

A Educação Básica deve atender a algumas especificidades que a Lei 10.639/03 impõe, dentre as quais destacamos a obrigação do conteúdo programático contemplar a “história da

África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. (LEI 10.639/03, Art. 26-A). No entanto, é mister saber que interpretação dessa história da África e dos africanos é apresentada, ou seja, até que ponto os livros contribuem para o desenvolvimento da identidade negra, mesmo que uma identidade da diáspora negra, ou seja, uma identidade ressignificada. Além disso, faz-se necessário verificar se esses livros reconhecem a contribuição cultural negra para a formação da cultura brasileira ou se trazem uma imagem caricatural e estereotipada da negrura, associando-a a uma inferioridade cultural e cognitiva e, deste modo, ratificando o preconceito há muito praticado contra os negros. Essa postura preconceituosa não precisa necessariamente ser ostensiva, ou seja, direta. Na medida em que não se demonstra a riqueza cultural negra e não se destaca as lutas pelos direitos, mas sim os resultados obtidos, sem estabelecer uma relação de causa e efeito, também se renega a cultura negra e deturpa-se a verdade.

Diante do exposto, o livro didático é um instrumento importante para o desenvolvimento da prática pedagógica e tem responsabilidade na promoção da equidade social, no enfrentamento do preconceito e na busca da cidadania. Seus autores podem contribuir com a construção de uma sociedade diversificada culturalmente e que saiba respeitar a diferença como algo próprio da cultura brasileira. Assim, ao trazer as contribuições africanas para a cultura brasileira ou ao destacar elementos já incorporados à brasilidade cuja origem africana é desconhecida, os autores estão contestando “verdades” consolidadas, que escondem o preconceito e a discriminação. Na medida que a cultura negra deixa de ser exterior ao ser e passa a ser interior a ele, o preconceito se desconstrói, haja vista que passa a se operar um processo de pertencimento e aceitação da origem do negro que o ser desconhecia. No entanto, essa aceitação é menos penosa do que a enfrentada pelo negro frente a política de branqueamento já mencionada. Durante o branqueamento (século XIX), havia uma política de Estado institucionalizada que combatia ostensivamente o desenvolvimento da população negra. Hoje, existem leis que combatem o preconceito e servem de proteção aos negros brasileiros.

Portanto, o livro didático tem um enorme potencial de afirmação das identidades negras e indígenas que pode ser trabalhado. Além disso, ele contribui para criação de um mundo mais justo na medida em que promove um espaço de reconhecimento da diversidade e de autoconhecimento. No entanto, ao silenciar em relação às expressões culturais diversificadas ou, pior ainda, apresentá-las de modo indigno de sua grandeza, folclorizando suas

manifestações ou reverberando estereótipos primitivistas contra os negros, os autores desrespeitam os preceitos legais da Constituição Federal, da Lei 9.394/96 e alterações. Essa conduta omissa e ideologicamente eurocêntrica inviabiliza o desenvolvimento crítico, o pluralismo de ideia, o pensamento autônomo e o alcance da cidadania que tais instrumentos normativos afirmam que a Educação Básica deve buscar.

Por conseguinte, não havendo neutralidade ideológica na elaboração do livro didático, os autores optam por assumir uma postura revolucionária e afirmativa da diversidade cultural ou aderem ao discurso conservador. Ao assumirem um discurso revolucionário, os autores reconhecem o preconceito e buscam mudanças sociais. Por outro lado, os conservadores reproduzem uma ideologia eurocêntrica, ratificam a inexistência do preconceito ou minimizam seus efeitos e oferecem uma representação da cultura negra folclórica e estereotipada. Esta opção representa uma fragilidade do livro didático, pois menospreza a relevância de seu conteúdo para a construção de uma sociedade igualitária e reconhecidamente multicultural.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS

O presente capítulo procura identificar o modo como a história, a arte e a cultura africana é apresentado nos livros didáticos das disciplinas de História, Sociologia, Arte e Literatura. Assim, tomaremos como parâmetro as disposições da Lei 10.639/03 para avaliar se a abordagem à temática negra e o reconhecimento de sua relevância para a cultura brasileira atendem aos preceitos legais e, sobretudo, corroboram com a derrubada das barreiras sociais, que cerceiam direitos das comunidades afrodescendentes. Deste modo, a análise contempla aspectos quantitativos e qualitativos na abordagem à temática negra, a fim de oferecer maior segurança ao manifestar o atendimento ou não dos ditames da lei, bem como ao enfrentamento do preconceito dirigido aos afrodescendentes brasileiros.

As autoras apresentam formação em História e pós-graduação (a nível de mestrado). Patrícia Ramos Braick é mestre em história (PUC-RS) e Myriam Brecho Mota cursou mestrado em Relações internacionais pela *The Ohio Univerity*, EUA. Atualmente, atuam no Ensino Médio no estado de Minas Gerais.

1 Livros de História

A escolha dos livros didáticos é de responsabilidade dos professores, conforme o Decreto-Lei 8.460 de 26 de dezembro de 1945. Deste modo, os professores da área de conhecimento das Ciências Humanas do Liceu Domingos Sávio optaram pelo livro de História da editora Moderna (BRAICK; MOTA, 2013), que divide o conteúdo do Ensino Médio em 3 volumes.

1.1 Livro 1 - Das origens da humanidade à expansão marítima europeia

O volume 1 apresenta o subtítulo “das origens da humanidade à expansão marítima europeia”. Considerando a quantidade de páginas em que a temática africana aparece neste volume, poderíamos representar pelo seguinte gráfico:



GRÁFICO 1 – Produzido pelo autor

O gráfico acima demonstra uma enorme discrepância entre o número de páginas destinado à temática africana e o destinado a outras temáticas. Dentre as outras temáticas, há uma predominância da temática europeia, pois o espaço destinado ao indígena nesta obra é semelhante ao atribuído à história e cultura africana. No entanto, a distinção de espaços dos temas é corrigido por uma abordagem extremamente respeitosa em relação a história da África e dos africanos adotada no volume.

Inicialmente o livro reconhece o valor da tradição oral africana como fonte histórica, que viabiliza o conhecimento da cultura africana. Contudo, os autores do livro didático apontam uma resistência ao reconhecimento da tradição oral como fonte confiável de registro histórico e justificam essa resistência a uma visão preconceituosa de alguns historiadores e a adoção de métodos ultrapassados de investigação científica. Neste sentido, os autores buscam apoio em fundamentação teórica, a fim de dar maior credibilidade aquilo que afirmam, constituindo a menção a esses teóricos um avanço significativo no enfrentamento do preconceito; conforme podemos observar na imagem que segue (EL FASI 2011 *apud* BRAICK; MOTA, 2013, p.11):

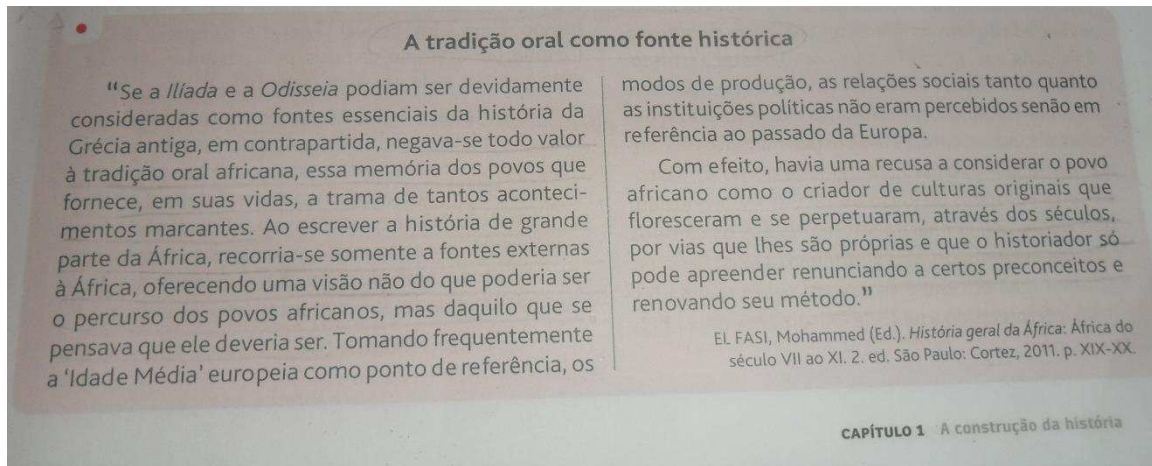


Figura 1 – Tradição oral

O volume 1 circunscreve a cultura africana ao universo das comunidades tradicionais. Neste livro é possível perceber que os africanos mantêm “uma relação intensa com o território, a cultura e as tradições de seus ancestrais”. (BRAICK; MOTA 2013, p.17) Neste sentido, percebemos que os autores manifestam coerência e didatismo ao apontar a tradição oral como importante veículo de difusão cultural africana e depois reconhecerem a importância da ancestralidade, ou seja, o respeito aos antepassados como grandes repositórios culturais e fonte inesgotável de saber. Para os autores “Os povos tradicionais tendem a conservar a língua, as técnicas, as crenças e outras tradições de seus antepassados, transmitidas por meio da oralidade de geração em geração”. (BRAICK; MOTA 2013, p.17)

Além da tradição oral e da ancestralidade, o volume 1 traz um dado científico que enseja uma profícua discussão em relação à origem da humanidade e, conseqüentemente, pode representar um conhecimento importante para o combate ao preconceito racial. O capítulo 2 da obra relata as teorias científicas vigentes sobre a origem da humanidade. Inicialmente diferencia o criacionismo do evolucionismo. Pelo criacionismo, o homem foi criado a imagem e semelhança de Deus. Já de acordo com o evolucionismo, os seres vivos originam-se de seres mais simples, que foram se transformando no decorrer do tempo e adaptaram-se a condições novas oferecidas pelo ambiente. Para os evolucionistas, o universo é regido por uma lei natural, em que o mais forte e melhor adaptado sobrevive. O criacionismo comporta em si uma subjetividade e uma inclinação do espírito que inviabiliza o tratamento objetivo dado pela ciência. Deste modo, é o evolucionismo que oferecerá os subsídios para a quebra dos paradigmas que alicerçam o preconceito e a discriminação, mediante uma abordagem racial acerca da origem da humanidade.

O volume 1 afirma que diversas pesquisas científicas no campo da antropologia apontam a África como berço da humanidade. Segundo as pesquisas científicas, o homem é

descendente dos primatas, como gorila e chimpanzés, representando a forma evoluída dessa espécie. A descoberta e análise dos fósseis mais antigos, encontrados no continente africano, ratificam essa linha evolutiva do gênero *Homo*, desde sua mais remota origem, até que chegássemos ao *homo sapiens*, estágio atual do desenvolvimento humano. Diante desse contexto, os autores mais uma vez recorrem a fundamentação teórica de modo a oferecer um maior grau de certeza às informações oferecidas. Na imagem que segue, podemos ver uma citação de um autor africano. Essa aproximação com teóricos africanos aponta um progresso científico no processo de elaboração do material didático para o Ensino Médio. Vejamos a imagem (BRAICK; MOTA 2013, p.24):

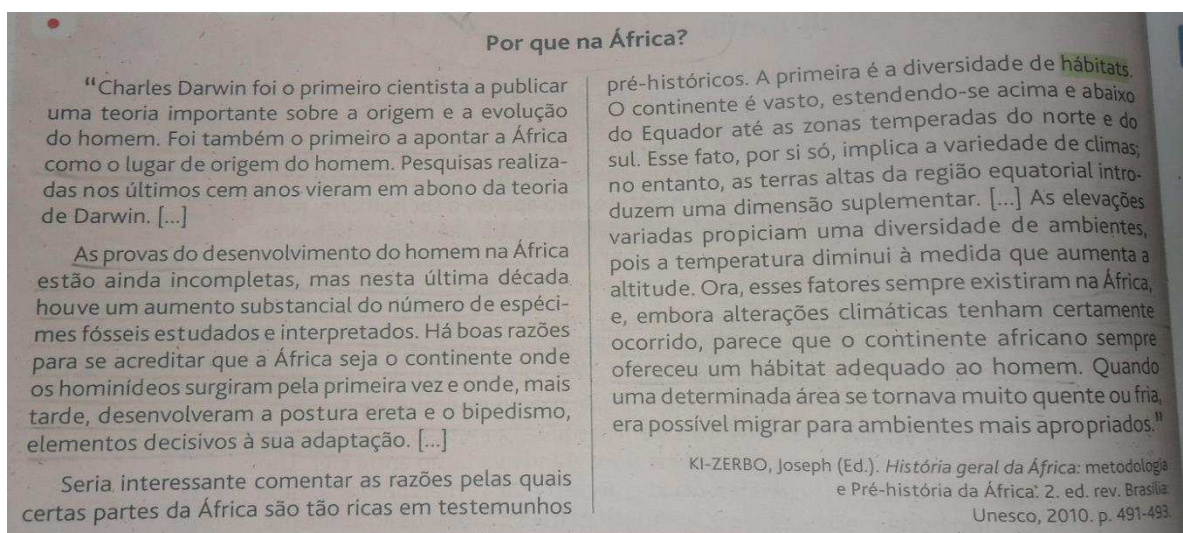


Figura 2 – Origem da humanidade

A imagem a seguir foi retirada do volume 1 do livro analisado e apresenta um mapa em que a origem de algumas culturas agrícolas e da domesticação de animais presentes na alimentação humana é apresentada. Apesar de não haver uma abordagem didática da diversidade de influências culturais que compõe a dieta da sociedade brasileira atual, é possível perceber no mapa alguns componentes da gastronomia brasileira. Dentro dessa seara, destacamos a influência do norte da África no cultivo e consumo de grãos e carnes de ovinos e caprinos. Portanto, um profícuo debate sobre a diversidade cultural brasileira é disponibilizado pela imagem seguinte (BRAICK; MOTA 2013, p.28):



Figura 3 – Origem de culturas agrícolas e da criação de animais.

O último capítulo do volume 1 é destinado especificamente a história da África. Nele percebe-se que o conhecimento da formação do povo brasileiro perpassa obrigatoriamente pela compreensão da influência cultural africana. Os navios negreiros traziam mais do que mão de obra para as lavouras. Eles traziam uma diversidade de culturas e religiões que já se manifestavam na África e que encontraram no Brasil outras expressões culturais e religiosas. Deste modo, os africanos forçadamente trazidos para o Brasil pertenciam principalmente a dois grupos linguísticos, sudanês e banto. Esses povos distintos passaram a viver no mesmo território e mesclavam as línguas, costumes e as crenças religiosas, além de unirem forças para lutar contra a escravidão. Portanto, as relações dialógicas entre as diferentes culturas resultou, muitas vezes, em expressões culturais novas, pois não existiam no território africano. Alguns exemplos dessas formações culturais genuínas são: congada, capoeira, maracatu, candomblé, samba e várias outras manifestações culturais afro-brasileiras.

O capítulo supracitado apresenta a assimilação da cultura portuguesa e o estreitamento das relações diplomáticas e econômicas entre o rei do Congo e os portugueses como um fato determinante na consolidação do tráfico de escravos. Essa aproximação entre africanos e portugueses veio alterar o conceito de escravidão adotado anteriormente na África, pois a escravidão não tinha um caráter comercial para o africano. Deste modo, não se escravizava alguém simplesmente para obter lucro. O escravo era um inimigo de guerra de uma aldeia rival, logo não era visto como membro de seu grupo e, nesse sentido, poderia ser escravizado, conforme constatamos na imagem a seguir, que aborda a escravidão sob o duplo prisma da ideologia e da mercantilização (BRAICK; MOTA 2013, p.231):



Figura 4 – A escravidão praticada na África

Por fim, o livro 1 traz um conceito de “diáspora africana” diferente do usado por Gilroy (2012) e adotado nesse trabalho. Assim, os autores veem a diáspora como um simples deslocamento forçado e desconsideram as relações dialógicas interculturais desenvolvidas no Brasil e a diversificação cultural delas decorrentes. Portanto, as negociações de significados, as intersecções culturais e as ressignificações da própria cultura são desconsideradas em uma interpretação ao mesmo tempo simplista e ingênua, conforme podemos verificar a seguir (BRAICK; MOTA 2013, p.231):

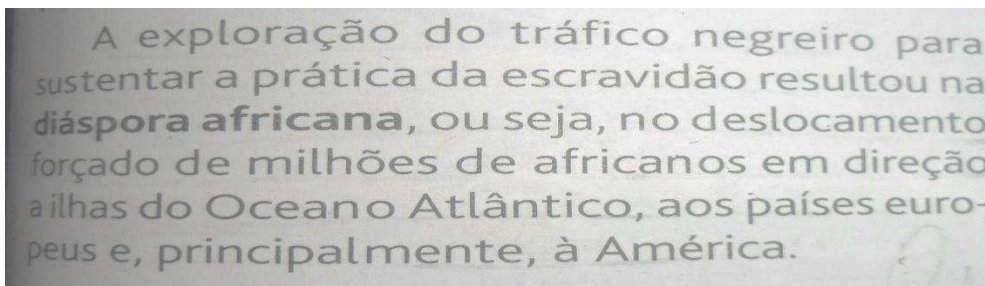


Figura 5 – Diáspora africana

1.2 Livro 2 - Da conquista da América ao século XIX

O livro 2 aborda a colonização da América pelas grandes potências europeias a partir do século XV. Espanha, Inglaterra, França, Holanda e Portugal disputaram a hegemonia sobre o território americano, mediante a instalação do Sistema Colonial. O fato é que independente da bandeira metropolitana, a escravidão foi condição *sine qua non* para o estabelecimento da posse e exploração das terras e, conseqüentemente, para o enriquecimento das nações colonizadoras europeias. Assim, a participação africana foi tão incisiva e decisiva que mostrou-se refletida na abordagem temática efetuada pelos autores do livro didático ora analisado, conforme ilustra o gráfico que segue:



Gráfico 2 – Produzido pelo autor

O volume 2 aponta que as colônias espanholas privilegiaram a escravidão indígena, muito embora tenham escravizado africanos em menor medida para atender a demanda da agroindústria açucareira. Já em relação à colonização inglesa, os autores afirmam que usaram largamente mão de obra escrava africana para implantação do sistema *plantation*, que consiste na produção em larga escala de uma cultura agrícola. Assim, na América inglesa havia fazendas especializadas no cultivo de arroz, algodão, tabaco e outros gêneros, todos dependentes de mão de obra escrava. No entanto, nenhuma potência europeia superou os portugueses no processo de escravização de povos africanos, pois além de aderirem ao sistema *plantation*, desenvolvendo extensas áreas de cultivo de cana no Nordeste Brasileiro, também viram no tráfico de escravos uma importante fonte de riqueza. Além das potências europeias mencionadas, França e Holanda questionaram essa divisão da América em apenas três partes e, assim como Espanha, Inglaterra e Portugal, também queriam assegurar a posse de terras na América. Contudo, o domínio de territórios por França e Holanda não mudou a estrutura colonial, que baseava-se fundamentalmente no trabalho escravo e na monocultura. (BRAICK; MOTA, 2013)

Além das fazendas de produção de açúcar no Nordeste brasileiro, o negro escravizado também trabalhou nas fazendas cafeeiras, na mineração, na produção de algodão e tabaco, além de ter contribuído com a expansão da pecuária no sertão. Afora os trabalhos rurais já mencionados, que marcaram o enriquecimento das metrópoles coloniais, o negro também participou ativamente no desenvolvimento econômico das cidades, através do desempenho das funções de escravo de ganho e escravo de aluguel, em que os proprietários tinham assegurado uma renda pelo trabalho de seus escravos. Entretanto, independente da atividade desenvolvida, o negro vivia em condições degradantes e era submetido a maus-tratos por parte de seus

senhores. Contudo, apesar da opressora situação a que se achavam submetidos, os negros acharam força e empregaram várias formas de resistência contra a escravidão. Além da fuga e a organização em quilombos ou mocambos, os escravos usavam diferentes estratégias para tornar menos lucrativo o produto da escravidão. Assim, ao reduzirem a produção de seu trabalho, os negros também estavam resistindo. A esse respeito, as imagens seguintes trazem o posicionamento dos autores do livro que sustentam nossa análise (BRAICK; MOTA 2013, p.47 e 75):

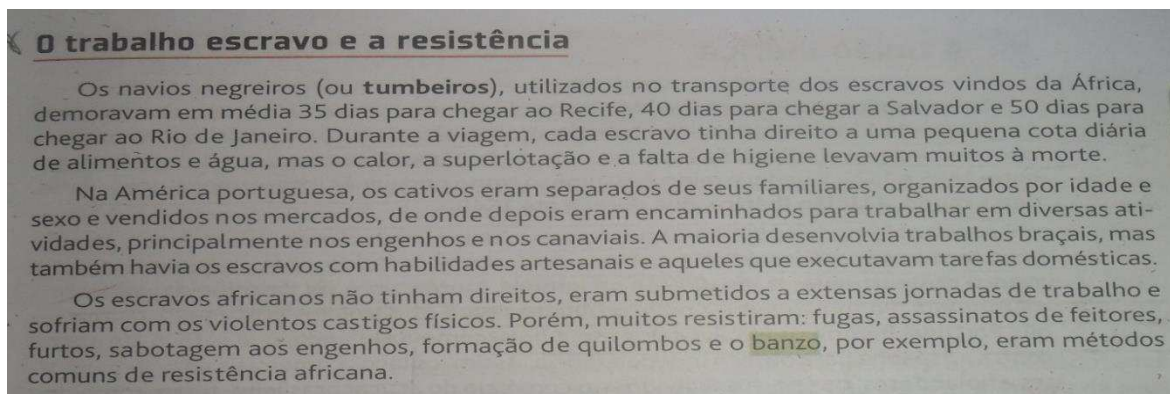


Figura 6 – Resistência Negra

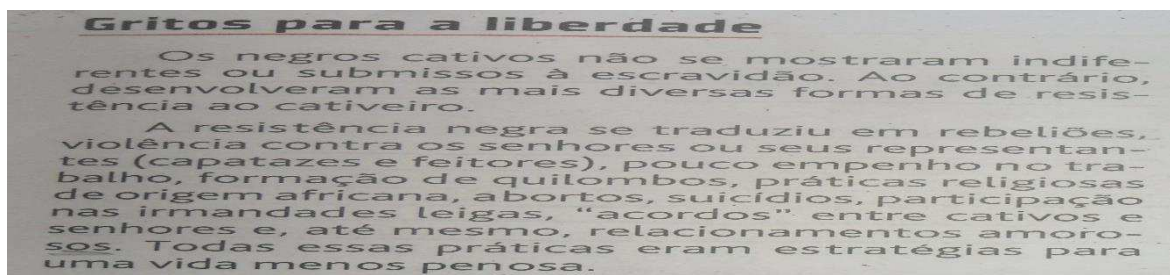


Figura 7 – Resistência Negra

O livro didático aponta que além da repressão violenta às ações de resistência dos negros escravizados, outra forma usada pelo colonizador para evitar fugas e manter a ordem foi a chamada “brecha camponesa”. Entretanto, o livro não cita nenhuma fundamentação teórica em relação à brecha camponesa. Segundo os autores, brecha camponesa consistia na concessão de pequenas porções de terras para que os escravos pudessem produzir gêneros alimentícios para seu próprio consumo, além de permitir a aquisição de pequenos objetos e mantimentos para seu uso pessoal. Essa política desenvolvida pelo colonizador procurava coibir ações de resistência por meio da falsa sensação de ascensão social, proporcionada pela brecha camponesa.

A utilização de trabalho escravo negro em atividades agrícolas, ditas de baixa complexidade, leva a uma interpretação equivocada acerca da capacidade cognitiva dos povos africanos. Essa compreensão segregacionista, que fundamenta discursos preconceituosos ainda

hoje, já fora contestada no livro 1 ao tratar-se do desenvolvimento dos povos africanos e mais uma vez é renegada ao reconhecer o domínio dos povos africanos das técnicas de mineração. Vejamos um recorte que ilustra essa qualificação distintiva dos povos africanos (BRAICK; MOTA 2013, p.58):

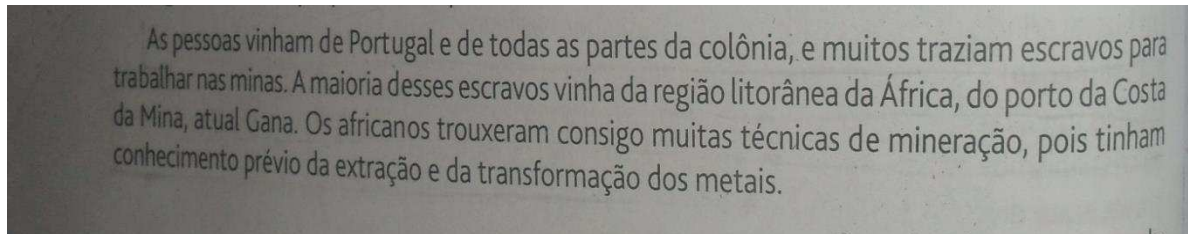


Figura 8 – Qualificação negra

Uma importante forma de resistência cultural e religiosa foi o sincretismo. Através dele, as comunidades afrodescendentes puderam fugir da repressão que o colonizador impunha à religiosidade africana, que os europeus consideravam heresia, bem como puderam expressar sua cultura, que estes sequer reconheciam. A tradução cultural promove o encontro da universo africano com a cultura e religiosidade hegemônica. Portanto, não se trata de uma estratégia do negro para camuflar a sua cultura sob o manto da expressão cultural do colonizador, pois do outro lado há uma cultura igualmente viva que interage com o mundo africano e modifica-o ao mesmo tempo em que é modificada. Desse modo, o sincretismo é um caminho sem volta, pois as culturas sincretizadas geram expressões culturais novas, ou seja, são produtos da diáspora e não encontram simetria com a cultura manifesta nos territórios expropriados. Dentro dessa linha de pensamento, os autores citam estudiosos para embasar suas concepções, conforme vemos abaixo (FERRETTI 2007 *apud* BRAICK; MOTA 2013, p.58):

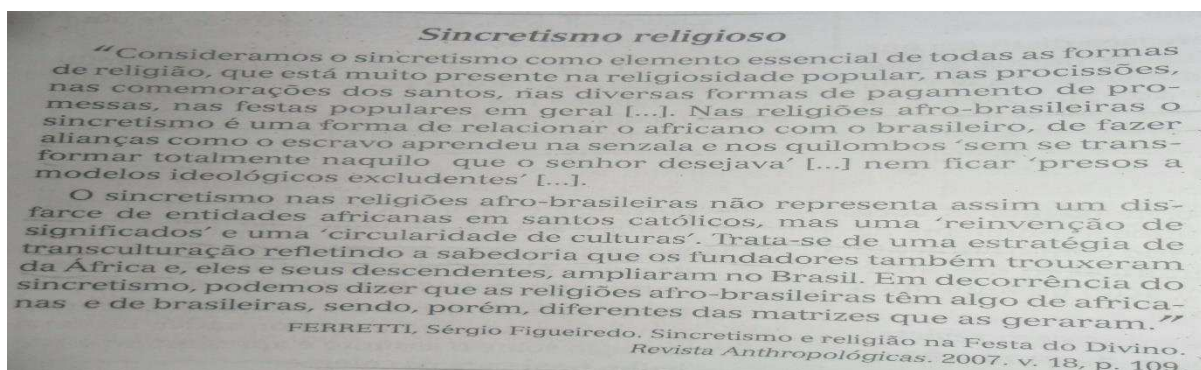


Figura 9 - Sincretismo

A luta pela independência dos países americanos consistiu um capítulo à parte na história do negro nas Américas. Embora tenha atuado em diversos movimentos pela independência dos países ou em movimentos separatistas no Brasil, a manutenção dos interesses econômicos dos grupos idealizadores desses movimentos exigia a permanência da

escravidão. Servem-nos de exemplo de movimentos separatistas que silenciaram em relação à escravidão a Conjuração Mineira, a Guerra dos Farrapos e a Insurreição Pernambucana, que mostrou um antagonismo de interesses em relação à escravidão. Outros movimentos houve em que a liberdade dos negros era o combustível propulsor das mobilizações, dentre eles podemos citar: A Revolta dos Malês e a Conjuração Baiana.

Os autores do livro didático indicam dois fatos importantes no incentivo ao negro pela conquista da liberdade: A Revolução Francesa e a independência do Haiti. De modo especial, a luta pela independência do Haiti apresenta um caráter mais instigante para os negros brasileiros, segundo o livro didático, pois constitui um movimento de organização negra. Observemos uma das várias referências feitas a essa luta dos negros haitianos (BRAICK; MOTA 2013, p.129):

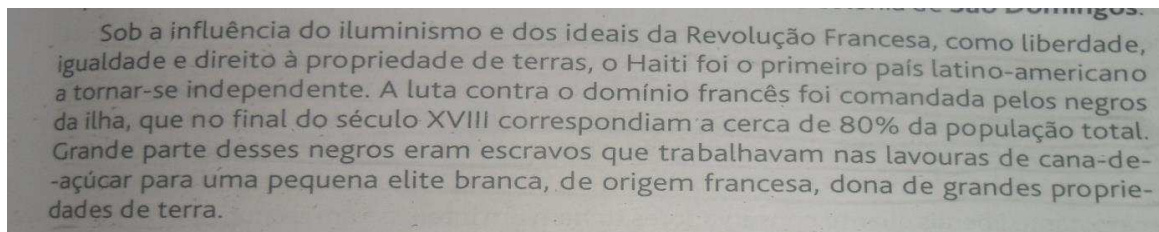


Figura 10 – Independência do Haiti

Um ponto da leitura do livro didático pareceu-nos no mínimo intrigante. Ao tratarmos da Revolta dos Malês, os autores do livro didático afirmam que “os objetivos da Revolta dos Malês não foram esclarecidos. Segundo as autoridades da época, os rebeldes pretendiam exterminar a população branca e católica, versão que não foi confirmada pelos registros conhecidos até então”. (BRAICK; MOTA 2013, p.193) Conforme já foi mencionado, esta revolta apresentava uma ideologia negra de combate à escravidão. Neste sentido, considerando a disposição da Lei 10.639/03 e seu processo de afirmação da cultura negra na educação escolar, fica-nos a pergunta: Qual a relevância para o entendimento da Revolta dos Males, por parte dos alunos, de os autores apresentarem uma versão completamente depreciativa da imagem do movimento negro, baseado em conjecturas que, segundo os próprios autores, foram levantadas pelas “autoridades da época”? Em outras palavras, qual a chance de um negro contar sua versão dos fatos em meio ao período escravocrata, quando o mesmo não usufruía de cidadania?

O volume 2 traz ainda as leis abolicionistas e ressalta a participação da Inglaterra na proibição do tráfico negreiro. Diante desse novo contexto, os autores afirmam que a solução encontrada para preencher a lacuna deixada pelo fim da escravidão em relação a mão de obra foi a contratação de imigrantes. A esse respeito, vimos no livro que inicialmente uma relação de trabalho denominada sistema de parceria, em que o fazendeiro arcava com as despesas de viagem e manutenção e descontava o valor investido com o resultado do trabalho dos

imigrantes. Em seguida, o regime de colonato fora implantado, conforme afirmam os autores do livro didático. Por esse novo modelo, competia ao Estado as despesas de viagem e instalação das famílias de imigrantes.

Segundo Braick e Mota (2013, p.213), “No final do império havia mais de 350 mil imigrantes no Brasil, em geral concentrados nas áreas cafeeiras”. Um pouco mais a frente, os autores afirmam “O trabalho livre imigrante servia como complemento do trabalho escravo e não como substituto”. Ainda se referindo à abolição, os autores acrescentam:

Após a abolição, a vida dos negros não sofreu muitas alterações, uma vez que não houve preocupação em integrá-los à sociedade. Alguns ex-escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Outros conseguiram empregos precários nas regiões rurais ou então seguiram para as cidades, formando uma mão de obra marginalizada, com poucas condições de competir com a força de trabalho dos imigrantes, mais qualificados e valorizados pelos empresários. (BRAICK; MOTA 2013, p.216)

O impacto da abolição sobre a vida dos negros foi no mínimo relativizada. Senão vejamos, chegam 350 mil imigrantes para trabalhar no mesmo local onde antes um escravo trabalhava e não há substituição? Ficaram imigrantes e ex-escravos trabalhando juntos e os cafeicultores arcando com as despesas dos dois trabalhadores? Teria havido um aumento repentino na produção que absorveria 350 mil novos trabalhadores?

A resposta a essas perguntas remete a contestação da afirmação dos autores de que não houve muitas alterações na vida dos negros após a escravidão. Embora percebamos o sentido atribuído pelo autor, que denota uma continuidade da precariedade e insalubridade a que estavam submetidos quando escravizados, compreendemos que a abolição representou para muitos negros um universo de incertezas. Embora em condições adversas decorrentes da escravidão, enquanto escravos estavam sob a responsabilidade do senhor e recebiam alimento e moradia, muito embora inadequados. Contudo, nada havia de certo na recém condição de libertos, uma vez que não houve, por parte do Estado ou da aristocracia, uma política indenizatória em relação à população negra. Diante disso, o livro deixa de abordar com maior profundidade o impacto inicial da abolição na vida dos negros brasileiros.

1.3 Livro 3 - Do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais

A busca desenfreada por riqueza das grandes potências europeias não retroagiu com a perda de algumas colônias na América. A política liberal e seu fluxo constante de mercadorias determinou uma disputa por novos territórios, que oferecessem matéria-prima para a crescente

produção industrial, além de minérios e mercado consumidor para os produtos industrializados. Deste modo, estabelecia-se um vínculo de dependência entre as novas colônias e suas metrópoles em uma relação de exploração dos primeiros sob os segundos, que se assemelhava muito a escravidão. No entanto, a condenação generalizada ao trabalho escravo fez com que o neocolonialismo fosse desenvolvido segundo uma roupagem que transparecesse equilíbrio e harmonia nas relações de trabalho, mas que, na prática, não permitiu melhoria de vida para os povos subjugados. Diante disso, a África desponta como grande oportunidade de enriquecimento para as potências europeias, pois as carências econômicas de grande parte da população africana impossibilitam a defesa à expansão colonial europeia no continente africano.

O livro 3 apresenta todo esse processo de expansão neocolonialista e a construção da independência dos territórios africanos através da luta. Além disso, traz uma visão geral sobre o negro na contemporaneidade e o enfrentamento do racismo em diferentes países do mundo. Diante disso, a temática africana aparece registrada no livro conforme a ilustração do gráfico abaixo:

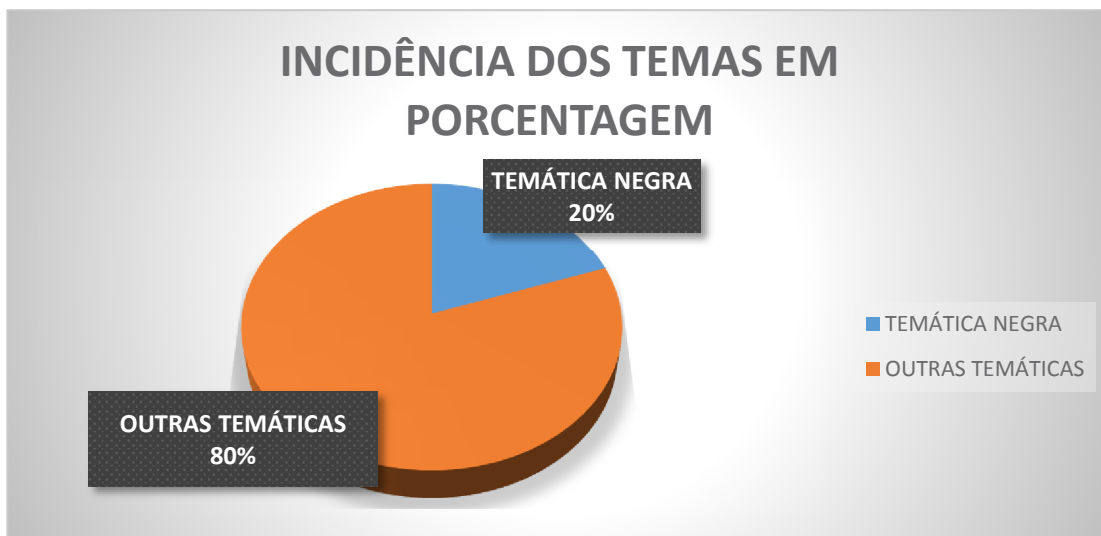


Gráfico 3 (produzido pelo autor)

Segundo os autores do livro didático, o neocolonialismo trouxe para a África um prejuízo maior do que a mera perda na autonomia político-administrativa, uma vez que o rateio do território africano entre as potências da Europa seccionou povos de mesma raiz cultural e uniu outros de cultura diferentes. Esse fato se deu em razão do europeu compreender a África como um universo homogêneo culturalmente, ou seja, os colonizadores desprezaram o fato de a África ser um território vastíssimo, em que múltiplas etnias manifestam sua cultura. Neste sentido, alguns africanos que tiveram a oportunidade de complementar seus estudos na Europa e, por essa razão, puderam conhecer teorias que ampliaram seu horizonte de percepção

iniciaram um movimento de afirmação da identidade negra. Alguns desses intelectuais africanos idealizaram e desenvolveram congressos em que as raízes culturais africanas eram resgatadas e uma postura combativa à discriminação racial era consolidada. Além disso, os congressos pan-africanos combatiam o colonialismo praticado pelos europeus. Dentre os intelectuais que buscaram essa valorização da cultura africana, destacam-se nomes como Léopold Seghor e Aimé Césaire, que compõem o quadro dos futuros líderes africanos após a conquista da emancipação política.

Todo esse universo de resgate cultural e desenvolvimento do pertencimento negro nas comunidades africanas recebeu dos intelectuais supracitados a denominação de negritude. No entanto, segundo os autores do livro em análise, essa valorização em torno de uma cultura africana uma vez com que as especificidades culturais fossem relegadas. Assim, o pluriculturalismo foi desprezado em nome da exaltação de uma cultura negra. Vejamos o trecho em que essa crítica é evidenciada na imagem que segue (BRAICK; MOTA 2013, p.136):

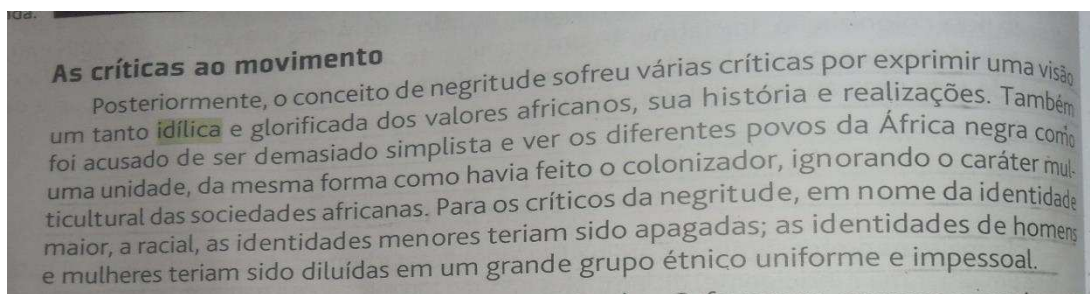


Figura 11 – Crítica à negritude

Além da crítica apresentada acima, os autores trazem uma outra na qual demonstram que um segmento de intelectuais, dentre os quais citam Jean Paul Sartre, via na negritude um processo de discriminação às culturas não-negras. Contudo, os autores afirmam que mesmo esses intelectuais que criticam a negritude reconhecem sua importância no embate ao mito da supremacia branca, ao preconceito dele decorrente e às desigualdades sociais produzidas pela intolerância e hegemonia de uma minoria branca. Observemos o trecho mencionado no livro em análise (BRAICK; MOTA 2013, p.136):

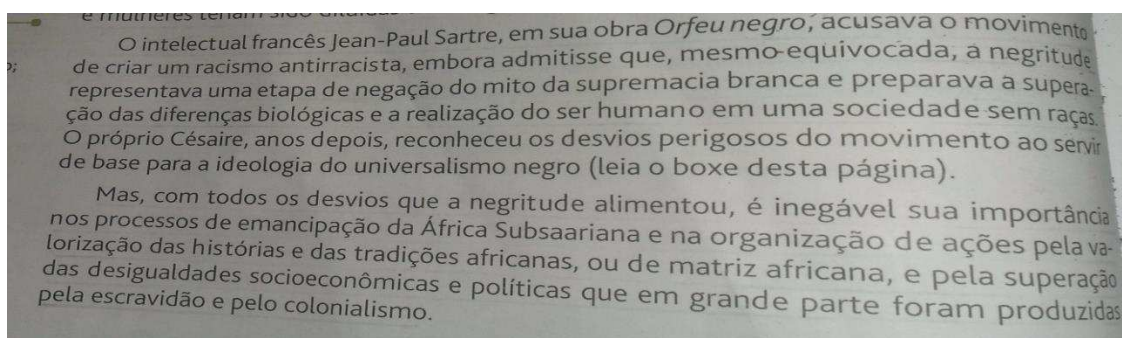


Figura 12 – Crítica à negritude

Dentro dessa linha, o livro 3 traz o posicionamento de um dos idealizadores do conceito de negritude, Aimé Césaire, acerca da abrangência que o termo negritude alcança. De acordo com Césaire, a negritude “não é biológica, ela é cultural e histórica”. (BRAICK; MOTA 2013, p.136) Essa afirmação reflete a realidade da sociedade brasileira atual, em que compete a cada cidadão reconhecer o grupo étnico a que pertence de acordo com identidades culturais verificáveis. Nesse sentido, os autores indicam que um traço biológico como a cor da pele não assegura o pertencimento a negrura, caso não haja da parte do indivíduo o reconhecimento de uma identidade cultural.

Além das lutas em defesa da liberdade colonial, o livro oferece uma visão genérica em relação à discriminação sofrida por negros ao redor do mundo. Assim, a discriminação racial imposta pelo regime do *apartheid* é amplamente debatida, desde suas primeiras manifestações até sua superação na década de 1990, quando Mandela é libertado e eleito presidente da África do Sul. Os autores também mencionam a segregação racial registrada nos Estados Unidos, que perdurou até 1950 e cuja superação se deve a resistência do movimento negro, conforme demonstra a imagem abaixo:

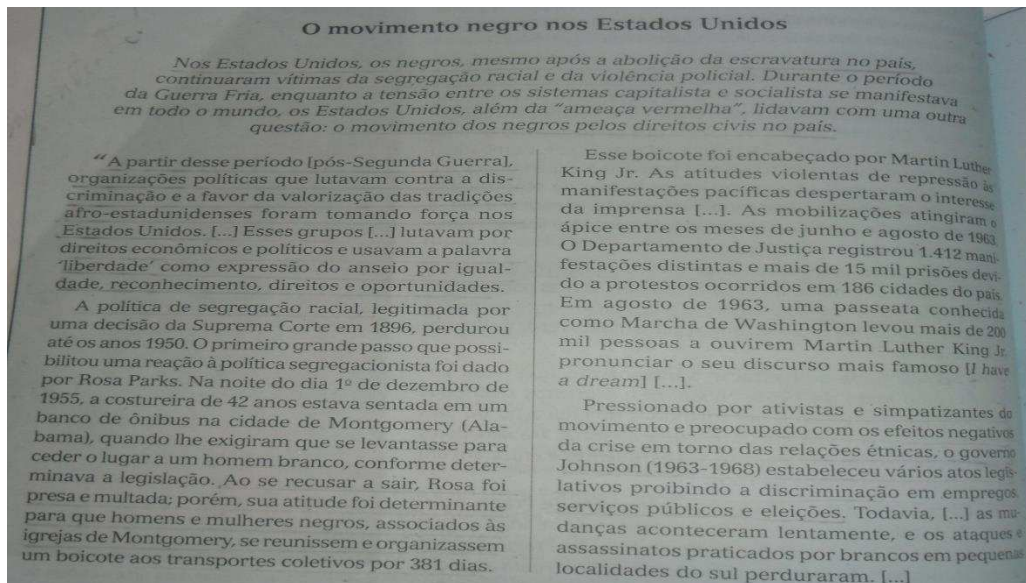


Figura 14 – Crítica à negritude

O fim do colonialismo na África deu início a uma série de guerras civis e obrigou diversos africanos a emigrarem para diversos países, dentre eles o Brasil. Contudo, os autores afirmam que a migração africana para o Brasil não foi incentivada entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa restrição se deu em razão de uma política de branqueamento do país empreendida pelas lideranças políticas brasileiras do período. Segundo os autores, o estímulo a imigração europeia no período justificava-se em decorrência de uma ação discriminatória empreendida pela aristocracia do Brasil, que acreditava numa inferioridade

do negro em relação aos brancos. Contudo, o livro didático analisado é parcimonioso na abordagem dos movimentos negros organizados no Brasil. Ao longo de suas páginas, a resistência negra na América do Norte e África é apresentada satisfatoriamente, pois atribui as conquistas à luta e mobilização do movimento negro. Entretanto, as conquistas negras em solo brasileiro não são enfaticamente atribuídas ao movimento negro, como podemos perceber em:

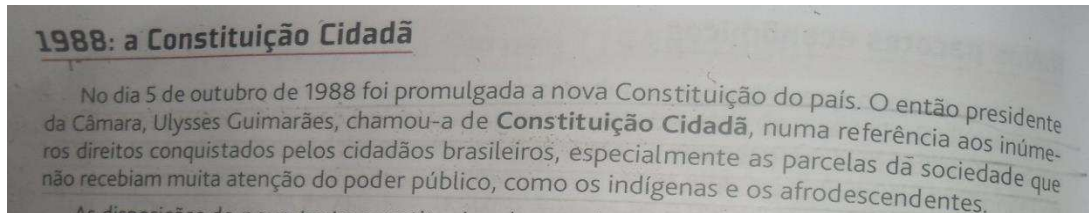


Figura 15 – Conquistas do movimento negro

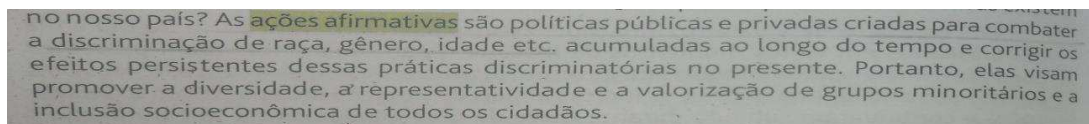


Figura 16 – Conquistas do movimento negro

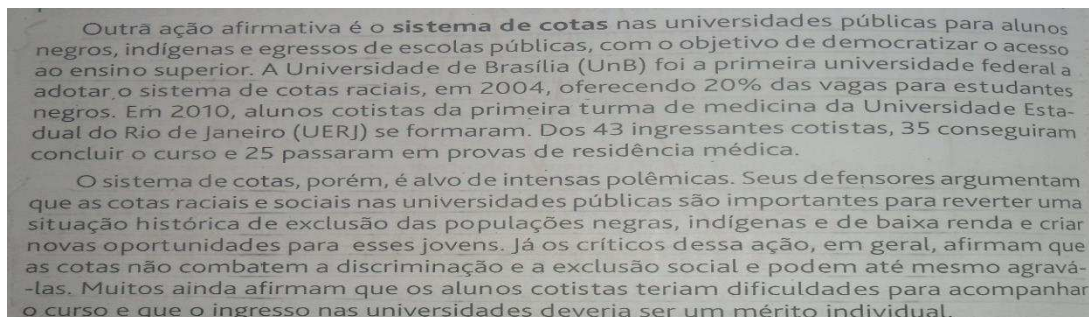


Figura 17 – Conquistas do movimento negro

Diante desse panorama apresentado, o movimento negro galgou algumas conquistas ao longo dos anos e das lutas. No Brasil, a abolição lançou o negro em um universo de incerteza ao qual ele precisou se adaptar e transformar as dificuldades em novas possibilidades. Deste modo, o negro se qualificou e percebeu que a organização política em torno do movimento negro traria maiores resultados. Posteriormente, é possível perceber imbricações e colaborações do movimento negro com outros movimentos sociais em busca de melhorias sociais através de relações colaborativas. Destarte, as organizações sociais em defesa dos direitos do negro aliaram-se ao feminismo e outros movimentos organizados buscando um fortalecimento mútuo. Portanto, apesar de o livro trazer uma página tratando da luta do negro no Brasil, em que além das cotas, há uma menção à Lei 10.639/2003; não há uma relação simétrica entre as

adversidades enfrentadas pelo negro fora do Brasil e as dificuldades verificadas em solo brasileiro. Assim, a omissão ou comedimento dos autores ao tratar do movimento negro pode levar a falsa interpretação de que o negro brasileiro não sofreu discriminação ou preconceito ao longo do século XX e XXI.

A Lei 10.639/03 busca corrigir uma distorção histórica em relação ao processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica brasileira. Essa distorção acarretou em privações de direitos para os negros brasileiros como, por exemplo, dificuldade de acesso a emprego digno com remuneração equivalente a paga aos brancos. Logo, o atendimento das deliberações dessa lei obriga autores a realizar uma constante autorreflexão, pois os mesmos fazem parte de uma sociedade, em que coabitam ideologias variáveis. Algumas dessas ideologias estão afinadas com a busca da igualdade social e da justiça. No entanto, a discriminação e a hierarquização social são orientadas por outras linhas ideológicas presentes no meio social. Portanto, o desenvolvimento da pesquisa social requer sempre uma autoanálise daquele que a produz.

Os livros de História “das Cavernas ao terceiro milênio” de Braick e Mota (2013) trazem uma apresentação satisfatória da história da África e dos africanos, das lutas por liberdade e das dificuldades enfrentadas pelo negro para assegurar o respeito a manifestação de sua identidade cultural. Além disso, devemos registrar que dentre as minorias, o negro é quem recebe maior atenção em termos quantitativos, pois mulheres, índios, homossexuais e outras minorias têm pouco incidência ao longo dos livros de História. Ademais, os livros oferecem amplo campo para debate acerca da contribuição africana para a cultura brasileira, muito embora não haja uma exploração ostensiva do tema. Contudo, percebemos que alguns temas mereceriam maior atenção e desenvolvimento, pois o atendimento da Lei 10.639/2003 requer uma ação afirmativa por parte dos autores no sentido de se estabelecer um compromisso com a valorização da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, comentários como o realizado em relação às motivações da Revolta dos Malês desviam a obra de sua finalidade, pois embutem uma imagem violenta e primitivista ao negro, baseada apenas em conjecturas.

2 Sociologia em movimento (volume único)

O livro Sociologia em movimento (SILVA *et all*,2013) foi o livro selecionado pelos professores da área de ciências humanas do Liceu Domingos Sávio de Baturité. Este livro é utilizado nas três séries do Ensino Médio e o seccionamento dos conteúdos curriculares obedecem à matriz curricular definida pelo colegiado ao iniciarem os trabalhos do ano letivo. A incidência da temática negra será representada em gráfico que disponibilizaremos a seguir,

mas é mister esclarecermos um aspecto importante para a correta compreensão dos dados nele contidos. Seguindo uma linha metodológica, estamos apresentando as referências diretas à temática negra em todos os livros analisados, ou seja, contabilizamos as páginas em que vocábulos pertencentes ao campo semântico do universo negro são mencionados. Deste modo, palavras como negro, África, escravidão, discriminação racial, preconceito racial, negrura, africanidade e outras concernentes a história e cultura negra fazem com que uma página seja contabilizada dentro da temática negra. Esta explicação se faz necessária, pois o livro analisado aborda em várias páginas o processo de exclusão social, a desigualdade econômica, a hierarquização social, a marginalização social das minorias⁶ e diversos outros temas que estão indiretamente relacionados à vida dos negros brasileiros, mas não restritos aos afrodescendentes. Deste modo, o gráfico traz um dado relativo em relação a abordagem da organização social negra, pois outras temáticas abordadas na obras estão associadas aos negros brasileiros. Vejamos o gráfico:

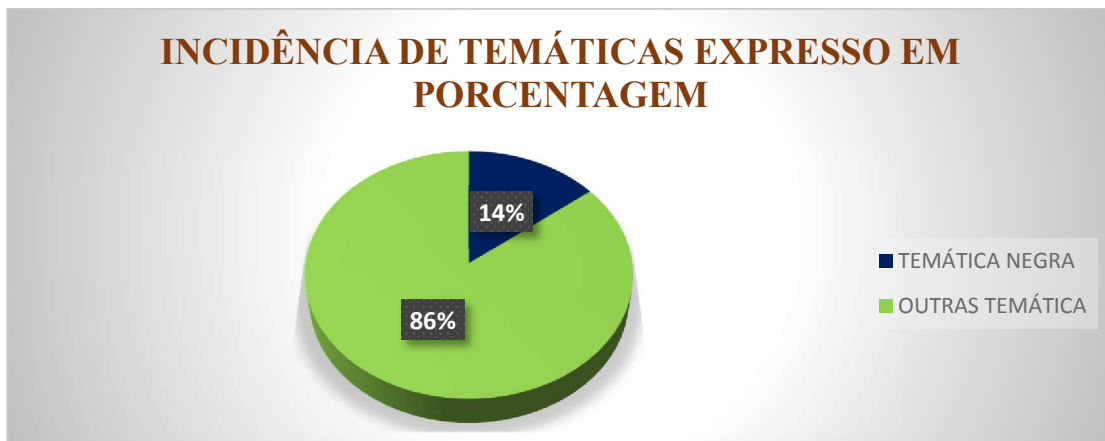


Gráfico 4 (produzido pelo autor)

Contudo, o fato de o gráfico acima não contemplar a totalidade de aspectos relacionados aos negros brasileiros, contidos no livro em análise, não diminui a importância dessa imagem para o objeto de nossa análise. Deste modo, poderíamos nos perguntar se a menção à temática afrodescendente em apenas 14% da obra atende à determinação da Lei 10.639/03, quando esta lei determina a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e a apresentação da contribuição da cultura africana para a formação cultural brasileira. Além disso, a Lei 9.394/96 (ART. 35, III) afirma que uma das finalidades do Ensino Médio é “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o

⁶ No próprio livro há a seguinte conceituação de minoria: parte da população definida por “sua posição econômica e politicamente desvantajosa, apesar de o termo ter múltiplos significados (numérico, político, indicativo de grupos étnicos e raciais, religiosos, de gênero etc)” (SILVA *et all* 2013, p.109)

desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.” Portanto, o binômio livro-professor deve pautar-se por uma postura informativa ampla e fidedigna. Assim sendo, o livro precisa apresentar a trajetória do negro na sociedade brasileira para que o pensamento crítico se desenvolva em uma relação dialógica entre autor e aluno, mediada pelo professor. Neste sentido, uma postura educacional mais comprometida com a negrura possibilita o desenvolvimento do pertencimento negro e o enfrentamento do preconceito.

O livro apresenta dezenove coautores com formação predominantemente em sociologia. Além de sociólogos, há autores com formação em artes, ciências políticas e direito. Dentre os autores, existem doze mestres, três doutores e quatro bacharéis em Ciências Sociais. A área de atuação dos profissionais varia entre Ensino Superior e Ensino Médio.

O livro em análise apresenta uma abordagem genérica ao privilegiar aspectos conceituais na maioria de suas páginas. Deste modo, alguns conceitos-chave para a percepção das relações sociais são apresentados ao longo do livro, tais como: conhecimento científico, senso comum, ideologia, cultura, etnocentrismo, relativismo cultural, política, democracia, aristocracia, casta, classes sociais, parlamentarismo, presidencialismo e muitos outros termos que orientam as relações de poder manifestas no meio social. Assim, as referências ao tema negro encontram-se fragmentados ao longo dos capítulos e servem, na maioria dos casos, como exemplificação da marginalização das minorias, que os autores nominalmente elencam como sendo composta por negros, índios, mulheres e outros grupos desfavorecidos. (SILVA *et all* 2013, p. 197).

No entanto, o capítulo 5 traz a discussão sobre raça, etnia e multiculturalismo. Este capítulo é o capítulo final da Unidade 2 (Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas) e é antecedido do capítulo intitulado “Socialização e controle social”. Nele encontramos uma rica abordagem da problemática social que envolve a população negra, desde o período colonial até hoje. Inicialmente, os autores apresentam uma distinção teórica entre os conceitos de preconceito, discriminação e segregação. Segundo eles, “Preconceitos, discriminações e segregações serviram e ainda servem de base, critério e referência para a manutenção das desigualdades sociais.” (SILVA *et all* 2013, p. 104) Neste sentido, os autores vão conceituando e diferenciando os termos citados, conforme podemos ver nas imagens abaixo:

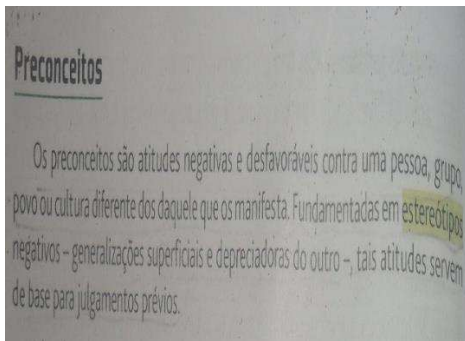


Figura 18 – conceitos

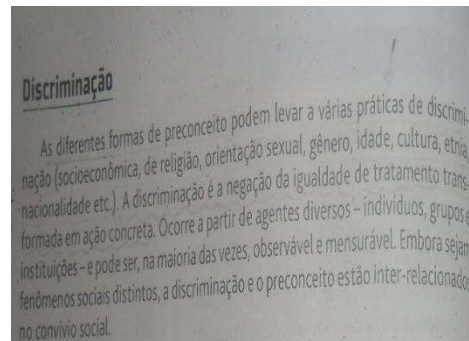


Figura 19 – conceitos

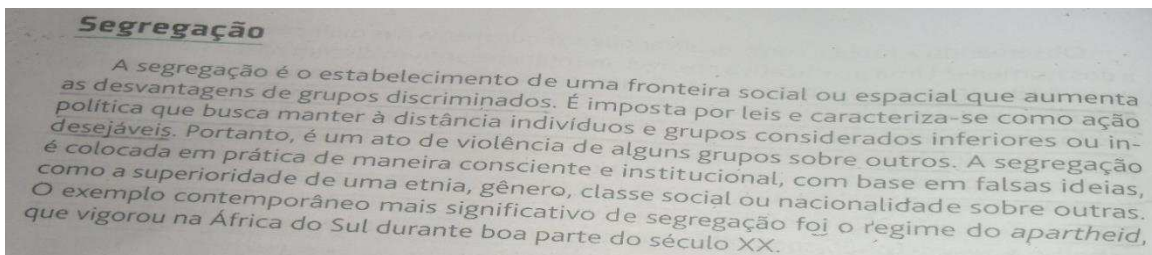


Figura 20 – conceitos

A compreensão desses conceitos contribui para que se atinja o pensamento autônomo e crítico, que denota uma das finalidades do Ensino Médio (LDB 9.394/96, ART. 35). Através deles, é possível perceber os fundamentos que determinaram a marginalização do negro ao longo da evolução da sociedade brasileira, impedindo-o de usufruir dos mesmos benefícios acessíveis aos brancos. Neste sentido, o livro dissecava toda essa hierarquização cultural do Brasil. Inicialmente, as teorias raciais e eugênicas são apresentadas, as quais fundadas no conceito biológico de raça, entendiam o negro como um ser inferior intelectual e culturalmente ao branco europeu. De acordo com essa concepção, a miscigenação⁷ representava um empobrecimento genético ou degeneração, pois a mistura étnica corromperia a expressão racial desenvolvida ao retirar-lhe a pureza, notadamente o branco. Segundo os autores do livro didático, essas teorias justificaram políticas de incentivo a imigração europeia após abolição de modo a promover o branqueamento da população brasileira. Um dos defensores do racismo científico foi o Conde de Gobineau, vejamos uma imagem retirada do livro em análise, que expressa o fragmento, em que os autores exploram essa postura segregacionista fundada em aspectos biológicos e hereditários (SILVA *et all* 2013, p.113):

⁷ Segundo o dicionário Aurélio (2010), miscigenação: cruzamento de etnias, caldeamento.

Segundo Gobineau, existiriam três raças puras: branca, negra e amarela. As demais variações seriam resultados de uma miscigenação entre essas raças. Seu principal argumento era que cada raça apresentava características físicas, psicológicas e sociais próprias, e a mistura entre elas resultaria na degeneração da raça considerada mais desenvolvida (a branca), embora ajudasse as outras raças inferiores (negra e amarela) a se desenvolver. Quanto mais uma nação fosse miscigenada, como no Brasil, maior seria o grau de degeneração observado. Com base nessa interpretação, alguns pensadores passaram a defender o "branqueamento" da população brasileira como solução para o desenvolvimento do país, nos moldes da sociedade europeia. Entre eles, destacam-se o médico e antropólogo Nina Rodrigues e o jurista e historiador Oliveira Vianna.

Figura 21 – racismo científico, teorias eugênicas e política de branqueamento.

O livro em análise sugere que o branqueamento da população atende a um duplo interesse: primeiro busca construir uma sociedade mais qualificada, uma vez que o negro era compreendido como incapaz e limitado e, em segundo plano, atendia convenientemente ao interesse dos europeus de esconder um passado inglório de exploração e escravização do negro. Diante desse panorama, os autores afirmam haver um interesse deliberado em manter distante as marcas da escravidão. Assim, difundiu-se na sociedade um discurso de democracia racial. Contudo, os privilégios dos brancos continuavam assegurados e os negros mantinham-se à margem da estrutura social. Portanto, o livro didático reitera a qualificação da democracia racial como um mito, feita por Florestan Fernandes, uma vez que não existe uma repercussão prática dessa igualdade de direitos. (FERNANDES 1965 *apud* SILVA *et all*, 2013, p.115)

Os autores do livro didático alertam sobre a necessidade de substituição do termo raça por etnia para referir-se à população negra, haja vista que o termo raça enseja um aspecto biológico, ao passo que etnia contempla uma expressão cultural. Ainda segundo os autores, o termo etnia está associado a pluralidade de grupamentos humanos e comporta aspectos histórico-culturais proveniente das relações interpessoais dentro dos grupos. Diante disso, é possível perceber que os diferentes grupos humanos que habitam o território brasileiro têm suas especificidades culturais em comparação com outras etnias. Logo, os autores afirmam que o Brasil é marcado pelo multiculturalismo, ou seja, várias culturas contribuem para construir a chamada cultura brasileira. Essas diferentes culturas interagem a todo instante, gerando o que os autores do livro didático denominaram interculturalidade. Observemos o fragmento que ilustra essa relação intercultural manifesta na cultura brasileira (SILVA *et all* 2013, p.121):

A interculturalidade, de modo diverso, aponta a comunicação e a interação entre as culturas como meio de produzir novos conhecimentos e outras interpretações simbólicas do mundo. A síntese dos aspectos positivos de valorização da diferença e resistência ao colonialismo cultural constitui uma nova maneira de ver o mundo, reconhecida como multiculturalidade/interculturalidade.

Figura 21 – Interculturalidade.

O livro traz ainda uma série de gráficos desenvolvidos por órgãos oficiais que comprovam a atualidade do preconceito e da discriminação aos negros brasileiros. De acordo com os dados apresentados nos gráficos, os negros apresentam índices inferiores de empregabilidade e acesso à educação. Além disso, os dados demonstram uma maior vulnerabilidade social em decorrência da privação de direitos fundamentais como moradia, saúde e educação. Os autores trazem ainda relatórios governamentais em que constata-se que a população negra aparece em primeiro lugar dentre as vítimas de agressão. Os gráficos a seguir são alguns dos gráficos contidos no livro em análise (SILVA *et all* 2013, p.117 e 320):

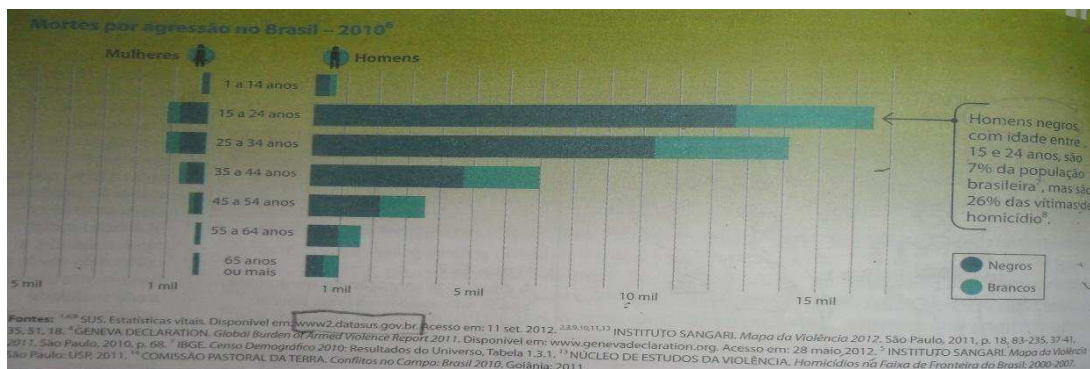


Figura 22 – Violência contra o negro.

Tabela 5.3			
Rendimento do trabalho por raça			
População com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres, em relação ao total de pessoas (%)			
Branca	Preta	Parda	
25,4	9,4	64,8	
Com rendimento de trabalho, entre o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas (%)			
Branca	Preta	Parda	
82,5	1,8	14,2	

Fonte: IBGE, Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Tabela 8.10.

Figura 23 – Estratificação econômica.

Os gráficos ilustram uma desproporcionalidade nas oportunidades disponíveis a negros e brancos. Neste ponto, é mister esclarecermos que a maioria das pesquisas tende a contabilizar os pardos como pertencentes à população negra, pois, para muitos negros, há uma dificuldade de aceitação da identidade negra, uma vez que a cultura negra foi renegada, estereotipa e estigmatizada ao longo do desenvolvimento social brasileiro.

Diante desse quadro apresentado, os negros compreenderam a necessidade de se organizar e reivindicar políticas públicas que promovessem a equalização das oportunidades na sociedade brasileira. Assim, a mobilização de diversos grupos marginalizados pela elite brasileira e sua ideologia branqueada fez surgir ações afirmativas que asseguravam direitos aos anteriormente excluídos. Dentro desse grupo, os autores apontam a presença de negros, índios, mulheres, deficientes etc. A título de exemplo, os autores apontam a política de cotas, que garante a disponibilidade de vagas reservadas para as minorias sociais.

Um último aspecto a mencionar, refere-se a dois importantes conceitos relacionados ao desenvolvimento do pertencimento cultural do negro na sociedade brasileira. O primeiro deles é estereótipo, que, de acordo com o texto, seria “a caracterização de um grupo social feita a partir de generalizações e de ideias superficiais criadas para definir seu comportamento e características.” (SILVA *et all* 2013, p. 106) O segundo conceito é o de estigma, que é apresentado como “indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena ou comportamento considerado desviante ou ameaçadores das elites dominantes.” (SILVA *et all* 2013, p. 111). Esses conceitos reúnem um significado de negação ou recusa de uma expressão cultural frente a valorização de uma cultura dominante.

Destarte, o livro *Sociologia em movimento* (SILVA *et all*, 2013), ao apresentar uma proposta de trabalho que permita a compreensão dos enredos que compõem a sociedade brasileira, não pode se restringir à uma abordagem historicista. Não se quer dizer que os fatos históricos que determinaram a exclusão social dos negros na sociedade brasileira como, por exemplo, o racismo científico, devam ser relegados. Contudo, ao enfatizar uma trajetória de opressão e resistência, incorre-se no erro de silenciar as inúmeras contribuições culturais africanas à sociedade brasileira. Neste sentido, o livro de *Sociologia* não pode deixar de registrar a influência negra na cultura brasileira, seja no vocabulário, nas crenças religiosas, nos ritos e ritmos que os negros ofertaram a cultura brasileira. Deste modo, ao insistir no discurso minimalista da cultura afrodescendente, os autores corroboram com o estabelecimento de estereótipos negativos das etnias negras e estigmatizam a cultura negra, haja vista a negação de um expressão cultural positiva da negritude.

Diante do exposto, o livro em análise oferece um adequado embasamento histórico para a compreensão da estruturação da sociedade brasileira. Contudo, os autores prescindem do dever de demonstrar as influências culturais das minorias sociais na cultura brasileira. Assim sendo, não atendem aos pressupostos legais da Lei 10.639/03, que assevera a necessidade do reconhecimento dessas contribuições culturais negras como meio de reconhecimento da identidade étnica e combate ao preconceito e a discriminação.

3 Livro Arte em interação

O livro de Arte adotado no Liceu Domingos Sávio para o triênio 2015 a 2017 foi o livro *Arte em interação* da editora IBEP. É mister esclarecermos que a escolha processou-se entre dois materiais apenas, pois nem todas as editoras apresentam um material específico para

a disciplina de Arte. Seus autores são Hugo B. Bozzano, licenciado em Educação Musical e especialista em Atendimento Escolar Hospitalar, atua como professor de música e compositor; Perla Frenda, licenciada em Educação Artística, com habilitação em arte Cênica, atua como arte educadora, atriz e produtora de teatro e Tatiane C. Gusmão, Bacharel em Artes Plásticas, a autora é arte-educadora em museus e espaços culturais de São Paulo.

A presente análise buscará identificar a incidência da temática artística africana na obra e a natureza simbólica dessa arte. Diante disso, passemos ao gráfico que ilustra a presença temática negra no livro didático:



Gráfico 5 (produzido pelo autor)

Os números do gráfico expressam uma ínfima relevância dada ao tema artístico negro na obra em análise. Em termos numéricos, a arte negra aparece relacionada em 10 páginas, incluindo gravuras e propostas de atividades. Inicialmente, os autores apresentam as máscaras africanas e alertam que os povos do ocidente tem uma tendência em contemplar essas máscaras buscando um caráter exótico. No entanto, os povos africanos atribuem um valor simbólico, que muitas vezes está relacionado a espiritualidade africana. Deste modo, ainda de acordo com os autores, as máscaras geralmente são usadas em rituais religiosos e relacionam-se com o culto à ancestralidade, representada pelos orixás. Tais cerimônias são marcadas por musicalidade e dança. Vejamos a imagem das máscaras apresentadas no livro em análise (BOZZANO; FRENDAS; GUSMÃO 2013, p.65):



Figura 24–Máscaras africanas.

As máscaras acima estão entre as poucas imagens trazidas pelo tópico que trata da arte dos povos africanos. A descrição apresentada abaixo de cada imagem circunscreve o período de produção no século XIX. Os autores afirmam que o material mais comum usado na produção

é a madeira. Neste sentido, o contexto histórico de produção das máscaras, notadamente marcado pelo colonialismo, somado ao uso de materiais naturais na produção de tais objetos artísticos, contribui para uma caracterização da arte africana como primitivista e inferior aos padrões artísticos europeus. Daí a busca do espectador pelo exotismo das produções relatado pelos autores, haja vista faltar à sociedade brasileira o entendimento de outra realidade artística africana, ou seja, falta mostrar a arte africana como evoluída e não estereotipada. Os próprios autores alertam para o desconhecimento dos brasileiros em relação à arte africana, que resulta na veiculação do estereótipo primitivista culturalmente atribuído à essa expressão artística. Observemos o trecho em que o livro apresenta essa preocupação com a discriminação cultural dirigida à arte africana (BOZZANO; FRENDA; GUSMÃO 2013, p.58):

No Brasil, há uma mistura de várias culturas com identidades diferentes. Com o processo de colonização, buscou-se impor a arte e cultura de origem europeia. Isso não impediu a manutenção de outras culturas ancestrais, como a indígena e a africana, que estão enraizadas em nossa formação cultural. Mas, apesar dessa forte presença, muitos brasileiros desconhecem essas culturas, ou as veem somente de um jeito **estereotipado**.

Figura 25 – Preconceito em relação à arte africana.

Desse modo, os autores parecem ter caído na armadilha que alertaram, pois ao silenciarem sobre a riqueza e diversidade artística africana corroboram com a marginalização cultural da arte negra. Isso fica evidente quando os autores apresentam duas imagens ilustrando a música africana e seu caráter dinâmico, ou seja, sua relação com a dança. A expressividade das imagens das máscaras e as novas imagens relativas à música constroem um cenário primitivista e rústico, que se não induz à caracterização da arte africana como exótica, ao menos justifica tais interpretações. Portanto, se o desconhecimento produz o preconceito, o livro perdeu uma excelente oportunidade de mostrar a diversidade artística africana. Vejamos, a seguir, as imagens representativas da música africana (BOZZANO; FRENDA; GUSMÃO 2013, p.71):



Figura 26 – Música e dança africana.

Diante desse panorama, o livro didático poderia apresentar mais imagens para expressar o conteúdo artístico africano em sua diversidade de formas. Apesar da relevância das imagens mostradas, é preciso mostrar a pluralidade de formas artísticas presentes no continente africano e, sobretudo, relacionar a arte africana com a arte e cultura brasileira. A cultura brasileira apresenta uma forte influência cultural africana que precisa ser conhecida pelos estudantes para que o estranhamento cultural passe a pertencimento cultural. Contudo, esse movimento não é fácil como aparenta, pois exige uma cooperação de forças entre professores, alunos e autores de livros didáticos.

O livro apresenta uma análise que aponta o samba como produto de vários gêneros, dentre eles o Samba de Roda. Segundo os autores, o samba é uma manifestação artística brasileira de origem popular e teria recebido influência do Samba de Roda originado na Bahia e levado ao Rio de Janeiro, onde teria se diversificado e alcançado prestígio nacional, mediante sua presença no carnaval carioca. Os autores do livro didático afirmam que o Samba de Roda está relacionado ao candomblé, a capoeira e ao maculelê. Essa relação é importante, pois pode derrubar estereótipos e estigmas atribuídos à cultura africana, sobretudo em relação à religiosidade. Neste sentido, o texto contribui com esse debate na medida em que esboça uma análise sobre a simbologia da circularidade na cultura africana. Embora não haja uma menção direta, os autores remetem o círculo à territorialidade, à busca do território expropriado.

Portanto, o livro demonstra que práticas artísticas e ritos vão ganhando significados na cultura africana. Dentro dessa percepção, a ancestralidade exerce uma função amalgamante em relação à cultura e arte negra, ou seja, ela é um elo de ligação entre as práticas e ritos culturais. Deste modo, a conservação e valorização da cultura dos povos da África atende a um interesse maior que o mero valor estético, uma vez que diz respeito à ancestralidade cultural africana e brasileira. Assim, conhecer as contribuições culturais negras e indígenas representa um passo decisivo no enfrentamento do preconceito e da marginalização dessas culturas. De acordo com os autores do livro em análise, a propagação da cultura africana deveu-se a oralidade, ou seja, os mais velhos passavam seus conhecimentos para os mais jovens. Logo, a primeira lição aprendida pelo africano é ouvir o outro e respeitar sua vivência.

O livro *Arte em interação* apresenta temas caros à cultura e arte africanas, mas não contribui para superação da marginalização cultural sofrida pelos negros. Seus autores reiteram uma imagem primitivista e rudimentar incutida à população negra desde o período colonial, pois não apresentam a diversidade cultural africana. Neste sentido, os alunos do Ensino Médio não relacionam a cultura brasileira com a africana, uma vez que falta similaridade. Deste modo, a cultura africana permanecerá a ser a cultura do outro, ou seja, dos povos não-brasileiros.

Portanto, o livro não consegue atender ao disposto na Lei 10.639/03, uma vez que não permite aos brasileiros o desenvolvimento do pertencimento cultural à cultura afro-brasileira. As poucas páginas destinadas à arte africana nesta obra sinalizam uma postura ideológica descomprometida com a correção de distorções históricas dirigidas aos negros e demonstram que o ensino satisfatório da arte afro-brasileira ainda é uma utopia.

4 Livro de Literatura (Volumes 1, 2 e 3)

Os professores do Liceu de Baturité escolheram os livros de Literatura e português da coleção Novas Palavras da editora FTD para o triênio 2015 a 2017. Esta coleção é composta de três volumes, que são utilizados nas três séries do Ensino Médio. De acordo com a metodologia adotada neste trabalho, a pesquisa buscou identificar na coleção Novas Palavras qualquer referência à temática negra e, a partir dos resultados, refletir se tais relações entre o negro e a literatura atendem aos pressupostos legais da Lei 10.639/2003 e à demanda pelo reconhecimento da pluralidade cultural brasileira. Contudo, a análise se depara com uma remissão parcimoniosa em relação ao negro, pois poucas páginas são destinadas à essa temática. Dentre as páginas que abordam o tema, aparecem inúmeras referências à escravidão, apenas com o fito de contextualização histórica da produção literária brasileira, ou seja, ao longo dos três volumes não há qualquer menção à luta pela liberdade empreendida pelo negro.

Os autores do livro didático em análise apresentam vasta experiência como professores do Ensino Médio, nenhum com menos de 20 anos de atuação nessa etapa de ensino. Há entre os autores um especialista em Metodologia de Ensino; dois doutores em educação, sendo um na área de teoria literária e o outro na área de Filosofia e História da Educação; além de um mestre em teoria literária.

Deste modo, a imagem do negro trazida pelo livro didático expressa sofrimento e resignação. Alguns trechos há nos quais o livro aponta determinado poeta como mulato ou negro e ressalta a repercussão dessa identidade étnica em suas obras como, por exemplo, ocorre ao fazer um breve relato biográfico de Lima Barreto. Vejamos na imagem, a seguir, o trecho mencionado extraído do volume 3 (AMARAL *et all* 2013, p.17):

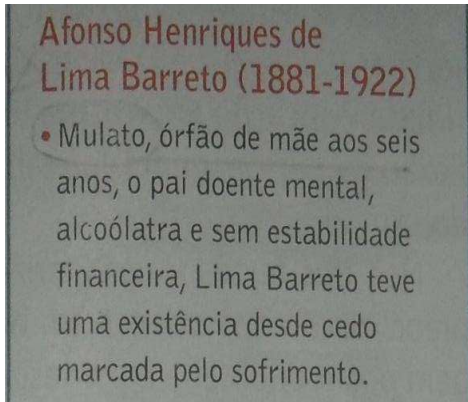


Figura 27 – Autores negros.

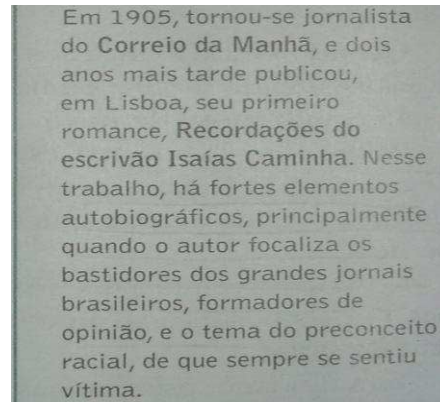


Figura 28 – Autores negros.

As imagens relatam a trajetória de um escritor que viveu no período da abolição da escravidão à fase mais incisiva do racismo científico, mas não há um destaque de sua obra como um veículo de resistência ao racismo. Diante disso, os três volumes oferecem pouco material para análise, haja vista a pequena remissão temática, conforme aponta o gráfico a seguir:

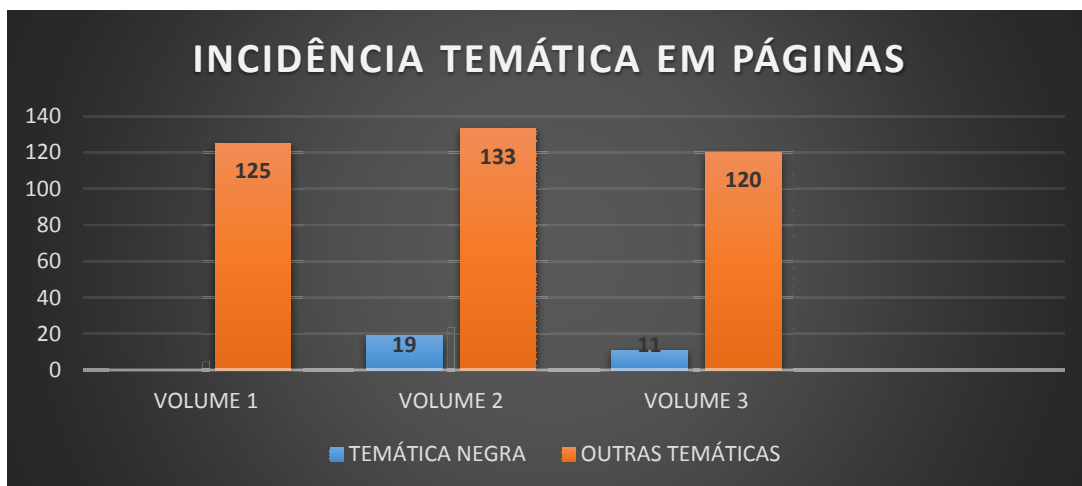


Gráfico 6 (produzido pelo autor)

O gráfico acima confirma uma pequena relevância dada ao tema negro, pois somente dois volumes contemplam o assunto e apenas 30 páginas no total trazem alguma referência ao descendente africano. A maioria das vezes em que surge alguma palavra pertencente ao campo semântico negro é apenas para uma contextualização histórica. Desta maneira, passaremos a analisar alguns pontos que merecem destaque dentro do escasso material que o livro nos oferece. Inicialmente abordaremos o volume 2 e, em seguida, passaremos ao volume 3.

Antes de iniciarmos propriamente a análise do volume 2, destacamos que nos três volumes há uma divisão didática da literatura em portuguesa e brasileira. Essa bipolaridade da literatura estudada no Brasil demonstra a persistência de uma ideologia de hierarquização cultural, em que a cultura europeia é sublimada diante das demais expressões culturais. É fato

que, em razão da colonização, o Brasil fundamentou sua literatura nos cânones europeus, mas também é verdade que a literatura brasileira hoje é uma referência mundial. Deste modo, esse engessamento didático em relação à literatura portuguesa poderia ser repensado.

O volume 2 inicia com o Romantismo brasileiro e traz Castro Alves como um dos principais autores da terceira geração. Devido à forte presença do tema escravidão, esse poeta ficou conhecido como poeta dos escravos. Apesar de trazer em *O Navio Negreiro* uma representação do negro completamente estigmatizada. A supracitada poesia foi publicada em 1.868, portanto antes da abolição da escravidão. Neste sentido, a poesia ensejou um debate na sociedade aristocrática brasileira. Portanto, embora demonstre um negro vulnerável e sofrido, a obra foi ousada ao trazer um tema censurado no período. Vejamos um fragmento retido do volume 2:

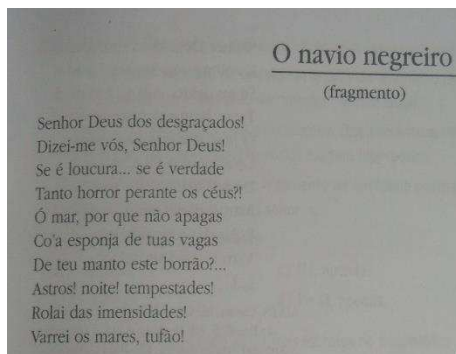


Figura 29 – O negro no Romantismo brasileiro.

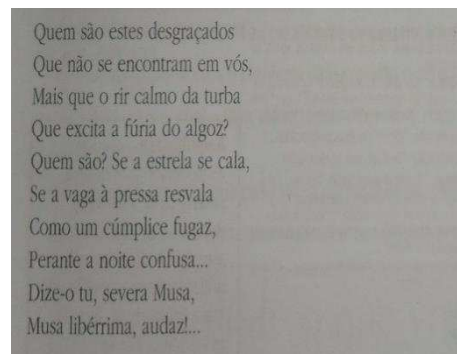


Figura 30 – O negro no Romantismo brasileiro.

Na prosa romântica, o livro destaca a obra *O Mulato* de Aluísio de Azevedo como importante instrumento de combate à escravidão e ao preconceito racial. Os autores de *Novas Palavras* afirmam que o combate a escravidão virou tema literário recorrente, inclusive do estilo de época subsequente, o simbolismo. Dentro da estética simbolista brasileira, destaca-se o escritor João da Cruz e Sousa. Apesar de negro, em suas obras há uma predominância da cor branca. Isso fez com que uma parcela de intelectuais brasileiros o vissem como alguém “alheio às questões que lhe diriam respeito diretamente, como o Abolicionismo”. (AMARAL *et all* 2013) Contudo, a incidência da “branquitude” representava uma crítica à sociedade da época.

O volume 3 apresenta no capítulo destinado à 1ª geração modernista um fragmento do romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade. No trecho selecionado pelos autores de *Novas Palavras*, o herói (ou anti-herói)⁸ brasileiro é apresentado. Observemos a imagem extraída do volume 3 (AMARAL *et all* 2013, p.66):

⁸ A primeira geração modernista representa uma ruptura com os paradigmas europeus e uma busca de uma identidade nacional. Assim, o herói belo, virtuoso e corajoso da Europa foi substituído por um ser feio, cheio de vícios e preguiçoso. Portanto, o herói brasileiro é o anti-herói europeu.

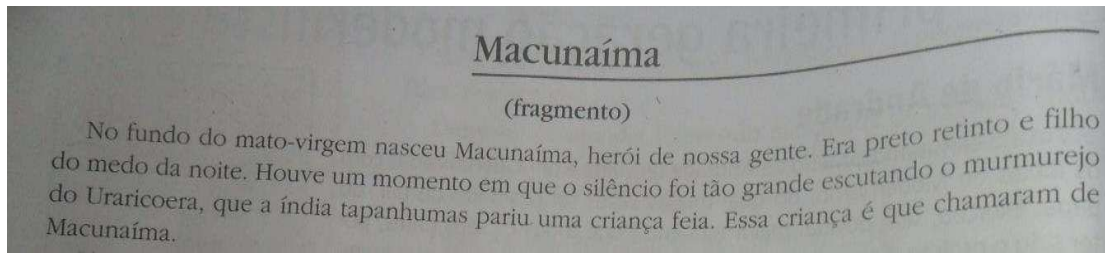


Figura 32 – Construção de estereótipos negativos.

A expressão “preto retinto” denota um caráter preconceituoso em relação à personagem negra. Esse fato é comprovado pela continuidade do trecho apresentado no livro que aponta Macunaíma como um ser: preguiçoso, corrupto, interesseiro, limitado intelectualmente e compulsivo sexualmente. (AMARAL *et all* 2013) Assim, a análise do fragmento trazido pelo livro alinha a caracterização do personagem com o discurso do racismo científico em voga nas primeiras décadas do século XX e, portanto, não contribui para o processo de afirmação da cultura negra no Brasil, nem atende aos preceitos da Lei 10.639/03.

O livro 3 apresenta o poeta Jorge de Lima como um importante pesquisador e veiculador da cultura negra no Brasil. No cenário internacional, o livro destaca o escritor português Helder Macedo, que oferece um relato das revoltas pela independência das colônias europeias na África. Esse novo cenário possibilitou a ascensão de muitos escritores africanos, dentre eles o moçambicano Mia Couto.

Diante do exposto, os livros de literatura adotado no Liceu de Baturité não alcançam o objetivo formativo de disponibilizar o conhecimento da cultura e literatura africana. A temática africana está pouco presente no livro. Além disso, mesmo quando o ser negro aparece, sua representação é estigmatizada e minimalista, não destacando os processos de resistência à escravidão, nem mostrando o lado positivo da trajetória negra. Alguns fragmentos apresentados manifestam tacitamente discursos racista e preconceituosos na literatura brasileira. Portanto, os autores pecam ao não emitirem um discurso que afirme a negrura, que permita o conhecimento da diversidade cultural brasileira pelos brasileiros e que oportunize o desenvolvimento da identidade cultural do povo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O processo educativo é complexo e envolve muitos fatores que, muitas vezes, sequer são percebidos. Nesse processo estão agindo simultaneamente o professor, o aluno, o contexto social e o livro didático. Isso mesmo, o livro didático também imprime uma ação na medida em que reverbera os valores e as concepções de seus autores. Paulo Freire (2000) afirma que compreender o processo educativo como neutro é um mito, que nega a natureza política da educação. Para ele, a educação têm um caráter político, assim como a política tem um caráter educativo. Deste modo, as ações educativas visam a construção de um ideal humano, que nem sempre coincide com aquilo que determina a Lei 9.394/96, quando esta aponta que o Ensino Médio tem a finalidade de formar cidadãos críticos e com autonomia de pensamento. Neste sentido, é preciso que professores e alunos avaliem a todo momento o processo educativo e busquem identificar as ideologias manifestas e silenciadas. Além disso, cabe a cada um dos protagonistas do processo de ensino-aprendizagem o papel de autorreflexão sobre sua atuação, haja vista que a educação se faz pelo relacionamento harmonioso entre o saber e o aluno. Nesta relação, o professor é o mediador e o facilitador do processo educativo, logo sem a atuação deste, a aprendizagem é dificultada.

Entretanto, identificar essas ideologias e resistir aos efeitos lesivos de algumas delas não é tarefa fácil. Muitas vezes o desgaste e a falta de motivação do professor fazem com que ele automatize suas ações e não reflita sobre sua prática. A esse respeito, Silva (1993, p.22) nos oferece um posicionamento esclarecedor. Vejamos o que ele diz:

A ideologia vai como que carcomendo, feito um caruncho, a mentalidade do professor. Desaviso? Descuido? De repente, o colega está acreditando na mentira que o sistema passa como verdade. Vê apenas através da lente do preconceito e da alienação. Em terra de cego, mais um cego dirigido pela bengala do opressor...

Muitas são as dificuldades enfrentadas pelo professor, dentre as quais se destacam o desinteresse dos alunos, a precarização do ensino e a desvalorização profissional. No entanto, a satisfação de ver o trabalho bem realizado e a certeza de ter contribuído para um mundo melhor devem guiar a ação do professor e fazê-lo ficar atento à presença de ideologias retrógradas e preconceituosas. Logo, o docente deve fazer um estudo crítico dos livros e demais materiais didáticos com os quais trabalha e verificar se os mesmos atendem à postura ideológica desejada pelo educador. Deste modo, o enfrentamento do preconceito e da segregação que tem oprimido a comunidade negra há vários séculos exige uma tomada de posição frente a questão

racial. Apenas a Lei 10.639/2003 não efetiva uma inserção social do negro na sociedade brasileira, pois apenas aponta uma abordagem geral. Esse dispositivo legal somente determina o ensino na Educação Básica da história da África e dos africanos, de sua cultura e sua contribuição para a formação da cultura brasileira. Contudo, é na sala de aula que efetivamente o ensino se dá. Deste modo, o professor escolhe que aspecto da história da África e dos africanos seus alunos terão acesso e qual a significação que será dada à contribuição cultural africana para o Brasil.

Diante desse panorama, o livro didático cumpre um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois ele é, muitas vezes, o único recurso pedagógico à disposição do professor. (HENRIQUE, 2011) Por conseguinte, a escolha dos livros didáticos pelo professor é um momento de suma importância para a consecução dos resultados. Assim, caberia uma análise criteriosa se a metodologia adotada na escolha permite que os melhores trabalhos sejam selecionados. Contudo, o presente trabalho não se propõe a fazer tal análise, embora compreendamos necessária e instigante. O fato é que algumas opções são apresentadas e a escolha é feita. No caso do Liceu de Baturité, buscamos quantificar e qualificar a presença da temática negra adotados pela escola para as disciplinas de História, Sociologia, Arte e Literatura. A escolha de tais livros se deveu à possibilidade de emissão de um posicionamento frente à adequação dos livros didáticos às determinações da Lei 9.396/96 e alterações. De modo especial a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o Ensino de história e cultura negra na Educação Básica brasileira.

A pesquisa chegou à conclusão de que os livros didáticos em seu conjunto não possibilitam uma abordagem adequada da temática, pois reproduzem um discurso segregacionista e preconceituoso sobre o afrodescendente. Assim, entendemos que a temática teve um tratamento muito restrito, que insistiu na representação imagética de inferioridade e primitivismo, atribuída pelo europeu aos negros brasileiros. Além disso, não percebemos a relação entre cultura africana e brasilidade, ou seja, faltou o aspecto fundamental para que os alunos se percebam parte dessa cultura negra. Consequentemente, persistem estereótipos e estigmas negadores da cidadania negra na sociedade brasileira e reprodutores de preconceitos e discriminações. No entanto, é mister reconhecermos que os três livros de História oferecem um respeitável material para estudo da história da África e dos africanos. Contudo, não é apenas o conhecimento da história que promoverá as mudanças que a sociedade brasileira precisa e, sobretudo, que os negros esperam.

A mudança na sociedade brasileira inicia-se com a superação da ignorância que atinge grande parte da população. Assim, é preciso informar as pessoas e mostrar que a sociedade

brasileira é multicultural e esse multiculturalismo é que torna a cultura brasileira singularmente bela. Esse amadurecimento social se dá através do estabelecimento de vínculos culturais, ou seja, quando o indivíduo percebe-se parte de uma cultura que desconhecia e, muitas vezes, marginalizava. Portanto, a Lei 10.639/2003 não trata de um conteúdo curricular, mas da conquista da cidadania e do reconhecimento de igualdade de oportunidades entre os povos que compõem a cultura brasileira. Diante disso, os autores de livros didáticos precisam enegrecer seu discurso para trazer para os alunos do Ensino Médio um ser negro desconhecido e belo.

Referências:

- AMARAL, E. et. All. *Novas palavras*. – 2 ed. – Vol. 1. São Paulo: FTD, 2013.
- AMARAL, E. et. All. *Novas palavras*. – 2 ed. – Vol. 2. São Paulo: FTD, 2013.
- AMARAL, E. et. All. *Novas palavras*. – 2 ed. – Vol. 3. São Paulo: FTD, 2013.
- BENDER, Eliane A. *O livro didático de Literatura para o Ensino Médio* (Dissertação de Mestrado). Departamento de pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. .
- BRAIK, P.; MOTA, M. *História das cavernas ao terceiro milênio*. – 3 ed. Vol.1 – São Paulo: Moderna, 2013.
- BRAIK, P.; MOTA, M. *História das cavernas ao terceiro milênio*. – 3 ed. Vol.2 – São Paulo: Moderna, 2013.
- BRAIK, P.; MOTA, M. *História das cavernas ao terceiro milênio*. – 3 ed. Vol.3 – São Paulo: Moderna, 2013.
- BRASIL. DECRETO-LEI nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. *Consolida sobre a condição de produção, importação e utilização de livro didático*.
- BRASIL, *Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96*, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- CARDOSO, L. *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil* (Período: 1957-2007). (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Economia e Centro de estudos Sociais da universidade de Coimbra, 2008.
- DAVIS, Â. *Mulher, Raça e Classe*. Plataforma Gueto, 2013.
- DOMINGOS, Luiz Tomás Domingos. *A visão africana em relação à natureza*. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011.
- FERREIRA, A. *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*. - 5 ed. – Curitiba: Positivo, 2010.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* 40. ed. São Paulo, Cortez, 2000.
- FRENDIA; BOZZANO; GUSMÃO. *Arte em interação*. – 1 ed. – São Paulo: IBEP, 2013.

- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidades e dupla consciência*. - 2ed. – Rio de Janeiro: Editora Cândido Mendes, 2012.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HENRIQUE, Fabiana. *O livro didático e a formação do leitor literário*. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em Educação – PPGE. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2011.
- LAJOLO, M. *Livro didático: um (quase) manual do usuário*. Em aberto, Brasília, v. 16, n. 69, p. 3-9, 1996.
- LIMA, M. *Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) *Sobressaltos na flor da idade: expectativas de jovens negros e negras sobre a inserção no mercado de trabalho em Salvador*. 2006.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Identidade Nacional versus Identidade Negra. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.
- NASCIMENTO, M. *Iluminismo a revolução das luzes*. – 1 ed. – São Paulo: Ática, 2008.
- PRANDI, R. *Deuses africanos no Brasil contemporâneo: Introdução sociológica ao candomblé de hoje*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 3, p. 10-30, 1995.
- RIBEIRO, M. *Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil*. [mimeo.], 2014, p. 1-47.
- SILVA *et all*. *Sociologia em movimento*. – 1 ed. – São Paulo: Moderna, 2013.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Magistério e mediocridade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- SILVA, G. C.; PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia no chão da escola: práticas e pressupostos*. In: *Artefatos da Cultura Negra no Ceará (2013)*, 2013, Juazeiro. Formação de Professores - 10 anos da Lei nº 10.639/03. Fortaleza: Gráfica LCR, 2013. v. 1. p. 58-65. 2012.
- SILVA, Rebeca de Alcântara e. *A menina e o Erê na viagem ao ser negro/ser negra*. Uma pesquisa sociopoética com educadores em formação. (Dissertação de mestrado). Fortaleza, 2007.
- ZUBARAN, Maria Angélica. *Interloquções sobre estudos afro-brasileiros: Pertencimento étnicoracial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 130-140, Jan/Abr.